

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

SAULO LOPES GIAMPIETRO

**ESTUDO ECONÔMICO SOBRE O SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL:
UMA ANÁLISE HISTÓRICA ENTRE 1995 – 2016 E TRAÇOS PARA O
FUTURO**

CAMPO MOURÃO
2018

SAULO LOPES GIAMPIETRO

**ESTUDO ECONÔMICO SOBRE O SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL:
UMA ANÁLISE HISTÓRICA ENTRE 1995 – 2016 E TRAÇOS PARA O
FUTURO**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado à Disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso 2, do Curso Superior em Engenharia Civil do Departamento Acadêmico de Construção Civil – DACOC - da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, para obtenção do título de bacharel em engenharia civil.

Orientador: Profº. Dr. Genilson Valotto Patuzzo

CAMPO MOURÃO
2018



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Câmpus Campo Mourão
Diretoria de Graduação e Educação Profissional
Departamento Acadêmico de Construção Civil
Coordenação de Engenharia Civil



TERMO DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso

**ESTUDO ECONÔMICO SOBRE O SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL: UMA ANÁLISE
HISTÓRICA ENTRE 1995 – 2016 E TRAÇOS PARA O FUTURO**

por

Saulo Lopes Giampietro

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado às 14 h do dia 27 de setembro de 2018 como requisito parcial para a obtenção do título de ENGENHEIRO CIVIL, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof. Me. Valdomiro Lubachevski Kurta

(UTFPR)

Prof. Me. Jorge Candido

(UTFPR)

Prof. Dr. Genilson Valotto Patuzzo

(UTFPR)

Orientador

Responsável pelo TCC: **Prof. Me. Valdomiro Lubachevski Kurta**

Coordenador do Curso de Engenharia Civil:

Prof^a. Dr^a. Paula Cristina de Souza

A Folha de Aprovação assinada encontra-se na Coordenação do Curso.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer a Deus pela oportunidade concebida e ter guiado meus passos dando forças para enfrentar as dificuldades ao longo do caminho.

Agradeço aos meus pais Saulo Giampietro e Denise Rossi Lopes Giampietro e também a minha irmã Izadora Lopes Giampietro que me proporcionaram o cumprimento desta oportunidade recebida, e estiveram sempre ao meu lado apoiando nas horas difíceis e comemorando os momentos de vitória.

Agradeço aos meus familiares que sempre estiveram presentes em minha vida e me incentivando nesta trajetória, e deixo um agradecimento especial à minha avó Maria Elza que cuidou de mim mesmo a distância, meu avô Alvaro que tem me guiado e guardado lá de cima, e meu avô Salvador pelos ensinamentos passados ao longo de todo esse tempo.

Agradeço também aos meus amigos de apartamento, que fizeram da casa uma verdadeira família, contribuindo para a superação das situações adversas e o compartilhamento da felicidade nos momentos de alegria. Aos meus amigos de universidade e da cidade, meu agradecimento pelo acolhimento e pelos laços formados, sem vocês certamente seria mais difícil.

Ao meu orientador Drº Genilson Valotto Patuzzo por orientar-me na elaboração desse trabalho com suas correções e ensinamentos, bem como sua paciência, dedicação e confiança para que fosse possível esta realização.

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná, seu corpo docente e administrativo e principalmente ao departamento de Engenharia Civil por todo apoio demonstrado nesta trajetória.

Por fim, meu agradecimento a todos aqueles que de alguma forma estiveram presente na minha vida e ajudaram a trilhar este caminho, vocês foram importantes, meu muito obrigado a todos por fazerem da faculdade a melhor experiência da minha vida.

RESUMO

Desde 1995 até 2016 o Brasil passou por diversas transformações econômicas, inicialmente pela instabilidade proveniente do descontrole inflacionário na década de 1990 e sua posterior regulação com a implementação do Plano Real e a constante busca de equilíbrio no governo Fernando Henrique Cardoso, após, uma breve desestabilidade resultado da entrada do governo Lula, entretanto controlada com a aplicação de políticas heterodoxas, que adiante acarretou em um desenvolvimento conciso da economia brasileira e principalmente do setor da construção civil, por fim, com a deterioração do cenário político e econômico brasileiro durante o governo Dilma, com as crises política e econômica instaladas no período de seu governo, que enfraqueceram seu mandato culminando no *impeachment* da presidente. Levando-se em conta o importante papel exercido pelo setor da construção na economia brasileira, o presente trabalho traz uma análise de seu desempenho levando em conta todas as adversidades e incentivos proporcionados, bem como um traço futuro para a atividade. Para a realização do trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica em documentos disponibilizados por órgãos governamentais, instituições ligadas à construção civil e portais de notícias. Os dados reunidos foram utilizados para realizar uma análise do desempenho do setor durante o período de 1995 até 2016, bem como uma perspectiva da importância da aplicação de políticas desenvolvimentistas e os reais impactos causados por crises políticas e econômicas, e trocas de governo, além de concluir com um panorama futuro sobre o setor da construção. Conclui-se que o setor da construção civil acompanha o desempenho da economia nacional, contribuindo para a parametrização do nível econômico. Além disso, pode-se concluir que a presença de políticas desenvolvimentistas contribui não somente com a alavancagem do setor, mas também da economia como um todo. Ademais, o estudo conclui que as crises instauradas no âmbito nacional ocasionam impactos maiores para o setor, devido a sua grande cadeia produtiva, e por fim, o panorama futuro da construção civil é de retomada gradual, tendo em vista a retomada das políticas para seu incentivo.

Palavras-chave: PIB. Economia brasileira. Construção Civil. FHC. Lula. Dilma. Políticas Desenvolvimentistas. Panorama.

ABSTRACT

From 1995 to 2016 Brazil underwent several economic transformations, initially due to the instability arising from inflationary uncontrol in the 1990s and its subsequent regulation with the implementation of the Real Plan and the constant search for balance in the Fernando Henrique Cardoso government, after a brief instability as a result of the entry of the Lula government, which was controlled by the application of heterodox policies, which later led to a concise development of the Brazilian economy and especially the civil construction sector, with the deterioration of the Brazilian political and economic scenario during the Dilma government, with the political and economic crises installed during the period of his government, which weakened his mandate culminating in the president's impeachment. Taking into account the important role played by the construction sector in the Brazilian economy, the present work brings an analysis of its performance taking into account all the adversities and incentives provided, as well as a future outlook for the activity. For the accomplishment of the work a bibliographical research was carried out in documents made available by governmental organs, institutions related to the civil construction and news portals. The collected data were used to carry out a concise analysis of the performance of the sector during the period from 1995 to 2016, as well as a perspective of the importance of the application of development policies and the real impacts caused by political and economic crises and exchanges of government, besides to conclude with a future outlook on the construction sector. It is concluded that the construction sector follows the performance of the national economy, contributing to the parameterization of the economic level. In addition, it can be concluded that the presence of development policies contributes not only to the leverage of the sector, but also to the economy as a whole. In addition, the study concludes that the crises established at the national level cause greater impacts for the sector, due to its large chain of production, and finally, the future scenario of civil construction is a gradual recovery, in view of the resumption of policies for its incentive.

Keywords: PIB. Brazilian economy. Construção. FHC. Lula. Dilma. Developmental Policies. Prospect.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Cadeia produtiva da Construção Civil.....	20
Gráfico 2 – Participação da Construção no VAB Brasil e variação da taxa de crescimento do setor da construção civil.....	22
Gráfico 3 – Variação do PIB da Construção e Variação do PIB Brasil em porcentagem.	23
Gráfico 4 – Perspectivas para a evolução do PIB da Construção Civil em porcentagem.	24
Gráfico 5 – PIB Construção Civil e PIB Brasil Preços Correntes Série 2010.	34
Gráfico 6 – Crescimento Real do PIB Brasil e Construção em relação ao ano de 1995.	35
Gráfico 7 – Taxa de Variação Percentual do PIB Brasil a Preços de Mercado.	37
Gráfico 8 – Taxa de Variação Percentual do PIB da Construção.....	44
Gráfico 9 – Variação da FBCF Total e FBCF da Construção.	51
Gráfico 10 – Variação Percentual do Saldo de Empregos e PIB da Construção Civil.	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – PIB Nacional e PIB Construção a Preços Correntes Série 2010.....	36
Tabela 2 – Valores Investidos nos Eixos do PAC 1.	46
Tabela 3 – Valores Investidos nos Eixos do PAC 2.	47
Tabela 4 – FBCF total com a participação da construção civil e na composição do PIB.	53
Tabela 5 – Saldo de empregos gerados pela construção civil.	54
Tabela 6 – Índice de Confiança na Construção Civil referente ao mês de dezembro.	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Projeções dos Candidatos a Presidência para o Setor da Construção. .61	
Quadro 2 – Resumo do Cenário Econômico Brasileiro.65	
Quadro 3 – Comparativo da Influência das Políticas Econômicas na Construção Civil.70	
Quadro 4 – Impactos dos Cenários Econômicos adversos ao Setor da Construção Civil.73	

LISTA DE SIGLAS

BC	Banco Central
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBIC	Câmara Brasileira da Indústria da Construção
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICST	Índice de Confiança da Construção
INCC	Índice Nacional de Custo de Construção
IPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NME	Nova Matriz Econômica
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAIC	Pesquisa Anual da Indústria da Construção
PIB	Produto Interno Bruto
PIL	Programa de Investimento em Logística
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
PND	Programa Nacional de Desestatização
PPP's	Parcerias Público Privadas
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SINAPI	Sistema Nacional de Preços e Índices para a Construção Civil
VAB	Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	OBJETIVOS	15
2.1	Objetivo Geral	15
2.2	Objetivos Específicos	15
3	METODOLOGIA.....	16
4	JUSTIFICATIVA.....	18
5	REFERENCIAL TEÓRICO	20
5.1	Panorama da Construção Civil na Economia Brasileira.....	20
5.2	Histórico Econômico do Brasil entre 1995 E 2016	25
5.2.1	Fernando Henrique Cardoso 1995 A 2002	25
5.2.2	Luiz Inácio Lula da Silva 2003 a 2010	27
5.2.3	Dilma Rousseff 2011 a 2016	29
5.3	Tendências e Previsões do Setor da Construção Civil	31
6	DADOS HISTÓRICOS	34
6.1	Novo Cenário.....	59
7	RESULTADOS E DISCUSSÕES	64
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
	REFERÊNCIAS.....	78

1 INTRODUÇÃO

O setor da construção civil representa em média 8% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, de acordo com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (2018a), reafirmando sua importância na atividade econômica do país. A construção de infraestrutura e o combate ao déficit habitacional passam por seu escopo de realizações, confirmando seu importante papel socioeconômico. Na questão dos empregos, o destaque vale por sua grande absorção em diversos níveis, que em 2017 foi responsável por 2,372 milhões de postos de trabalhos segundo o SindusCon-SP (2018).

Estes resultados levam à tona a importância da discussão sobre a avaliação do desempenho do setor, que durante a década de 1990 até o início dos anos 2000 se viu estagnado devido à falta de políticas desenvolvimentistas que fomentassem a atividade. Entretanto, após esse período houve a retomada dos investimentos em infraestrutura e políticas de incentivo a atividade, reestabelecendo o ciclo econômico gerado pela construção e resultando no seu auge em 2010. Contudo, a deterioração do cenário político-econômico do país após este crescimento, culminou nos piores índices da atividade, retratando em 2015 sua maior retração, com a perda de investimentos e diminuição de empregos.

O Brasil até metade da década de 1990 vivenciou um período de instabilidade econômica, determinada pela crise inflacionária, o que comprometeu o desenvolvimento econômico do país. Com a chegada do Plano Real o país conseguiu reestabelecer o controle da inflação e garantir um começo de estabilidade. No entanto, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o primeiro após a implementação do plano, não conseguiu reproduzir um crescimento econômico plausível, mantendo a taxa de crescimento do PIB brasileiro em pouco mais de 2,4% ao ano. A falta de políticas desenvolvimentistas e o cenário não propício ao investimento ocasionaram na estagnação da atividade da construção civil que durante o período, assim como a economia nacional, obteve baixos índices de crescimento com 1,3% ao ano (BANCO CENTRAL, 2002).

Em 2003 ocorre a entrada de um novo governo, o que significou uma reestruturação no modelo econômico praticado no país durante décadas. Para Oliveira (2015) o governo Luiz Inácio Lula da Silva se distanciou do modelo político aplicado no país a partir de mudanças heterodoxas ocorridas na sua política

econômica. Estas ações possibilitaram o crescimento econômico sustentável, marca do governo Lula, que buscava o crescimento aliado à geração de empregos. Além disso, o cenário econômico estável herdado de FHC foi propício para a implementação de novas políticas econômicas (desenvolvimentistas), o que contribuiu para a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), o incentivo ao crédito e consumo doméstico, aumento da demanda dentre outras. Estas mudanças nas políticas econômicas representaram o fortalecimento da economia interna e o aquecimento da atividade da construção civil até seu auge em 2010, registrando um crescimento de 13,1% naquele ano, além dos bons resultados obtidos na questão dos investimentos, confiança na indústria e saldo de empregos (IBGE, 2010).

No entanto, a evolução econômica não foi mantida, a deterioração da conjuntura brasileira contribuiu para o fracasso político e econômico do governo Dilma Rousseff, sucessora de Lula. Segundo Pinto et al. (2016) atribuem o cenário político e econômico desgastado em função dos escândalos de corrupção na Petrobrás, descoberto pela operação Lava Jato da Polícia Federal, envolvendo as maiores empreiteiras do país. Além disso, conferem a este fator o fim das políticas desenvolvimentistas vindas desde o governo anterior, o que representou cortes em investimentos e programas considerados importantes para o desenvolvimento econômico, resultando no agravamento dos resultados econômicos que em 2015 registrou seus piores índices, com retração de 3,8% do PIB nacional e o consequente desaquecimento da atividade da construção, que registrou queda nos postos de trabalhos, diminuição dos investimentos e a paralização de obras com uma retração de 9% do setor (IBGE, 2015).

O cenário econômico ruim criou dúvidas sobre o futuro econômico do país, o que incitou a busca por perspectivas e “remédios” para o combate a recessão e a volta do crescimento. O panorama econômico pós-crise é de lenta recuperação, com a retomada gradual da estabilidade política e a confiança dos investidores, que já vem sendo demonstrada nos boletins econômicos e conjunturais do IBGE e do Banco Central respectivamente. Para Oliveira (2015) a retomada econômica do país passa pelo campo, sobretudo, da engenharia dada a relevância atribuída a atividade no ciclo econômico do país com a sua grande parcela na geração de empregos, a volta dos investimentos em obras de infraestrutura e combate ao déficit habitacional

com a retomada do PAC e PMCMV, a manutenção do programa de concessões e as Parcerias Público-Privadas (PPP's).

Neste sentido, o presente trabalho visa apresentar uma análise histórica da evolução do desempenho do setor da construção civil e como a conjuntura político-econômica, políticas governamentais, trocas de governo e crises políticas e econômicas, afetam a evolução da atividade, além de traçar um panorama econômico para o próximo ciclo que se iniciará em 2019 com a entrada de um novo governo.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

O trabalho tem como objetivo principal analisar e avaliar a evolução do setor da construção civil desde o ano de 1995 até o ano de 2016 a fim de traçar uma perspectiva para o setor até o ano de 2022.

2.2 Objetivos Específicos

- Analisar o histórico econômico brasileiro, com enfoque no setor da construção civil durante o período de 1995 até 2016;
- Avaliar as influências das políticas governamentais em relação ao setor da construção;
- Avaliar a influência do cenário político, como crises ou a troca de governo na conjuntura econômica afetam o setor;
- Traçar uma perspectiva para o setor em função do histórico, e as eleições presidenciais sem levar em consideração as políticas desenvolvimentistas.

3 METODOLOGIA

O presente estudo buscou retratar uma análise direcionada a evolução da construção civil ao longo do período entre 1995 e 2016, pontuando os principais aspectos políticos e econômicos que influenciaram seu desenvolvimento. Indo além, a pesquisa tratou também sobre ilustrar uma perspectiva do panorama do setor através dos dados históricos de sua conjuntura, criando um cenário até o ano de 2022, quando se encerrará o ciclo econômico iniciado em 2019 com a escolha de um novo presidente. Os dados reunidos deu a possibilidade da elaboração de gráficos, tabelas e quadros para uma melhor visualização dos resultados demonstrados.

O estudo foi pautado em uma pesquisa bibliográfica, que de acordo com Fonseca (2002) é um estudo feito a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites. Para o autor, qualquer trabalho científico é iniciado a partir de uma revisão bibliográfica, o que permite ao pesquisador conhecer o que já foi estudado sobre o tema.

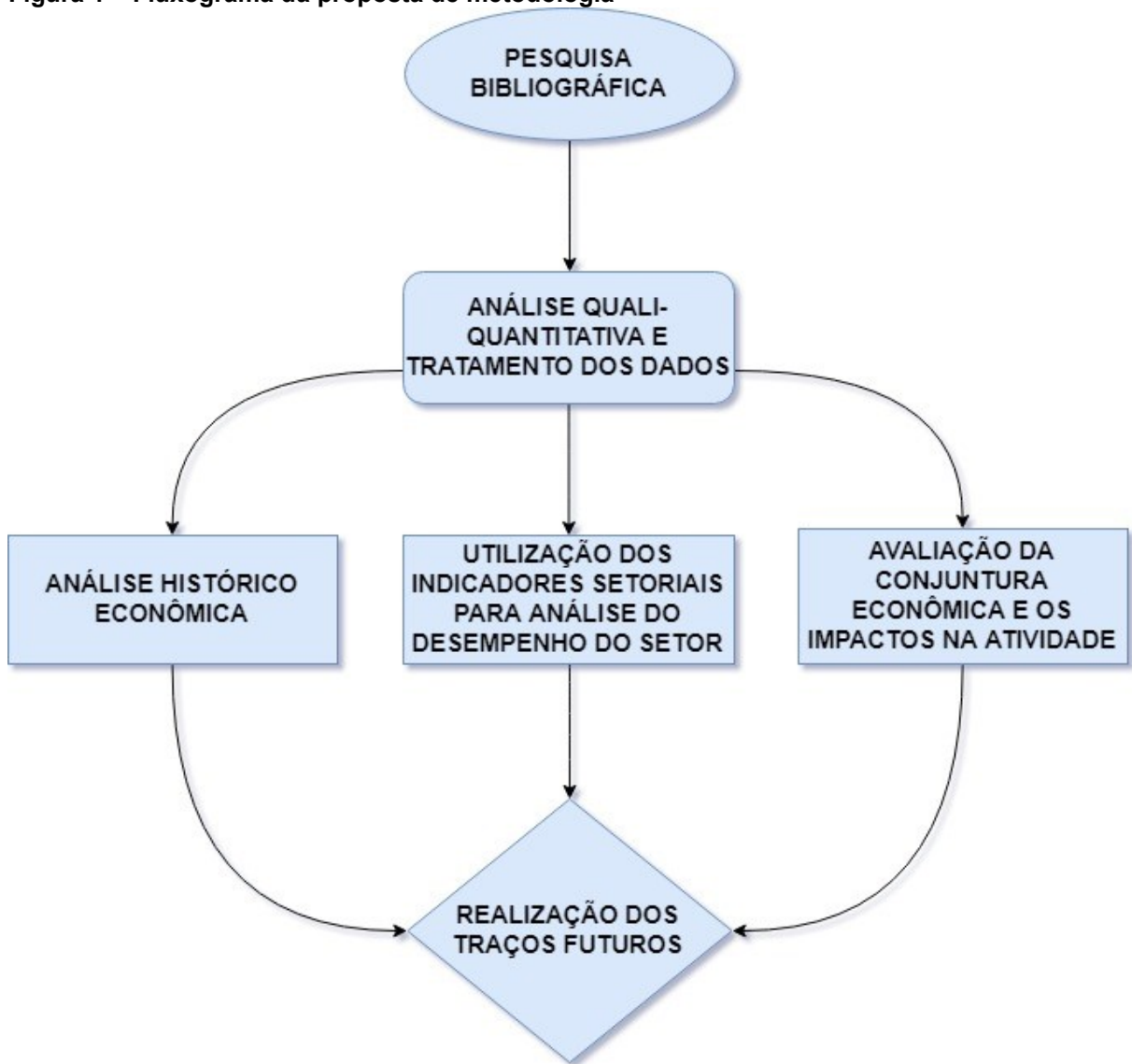
Para a análise econômica foram reunidos dados históricos consultados em documentos oficiais divulgados por órgãos governamentais, instituições financeiras, instituições da construção civil, institutos de pesquisas dentre outras fontes, nas quais possibilitaram uma análise tanto qualitativa quanto quantitativa dos resultados. Na questão da perspectiva, os resultados foram baseados na avaliação da economia, bem como em tendências realizadas por revistas especializadas e artigos.

A análise evolutiva do setor foi feita utilizando os boletins anuais do Banco Central, no qual foram utilizados como pano de fundo para descrever sua trajetória. Já em relação aos resultados, foram considerados alguns indicadores, julgados relevantes pelo trabalho, como a série histórica do PIB demonstrado pelo IpeaData, o saldo de empregos fornecidos pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), a taxa de investimentos demonstrada pela Formação Bruta de Capital Fixa (FBCF) e prescrita pelas Contas Trimestrais do IBGE, e o medidor da confiança na indústria, representado pelo Índice de Confiança da Construção Civil (ICST) desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em

conjunto com o IBGE, nos quais serviram de parâmetros para as comparações propostas no estudo.

A perspectiva proposta foi realizada a partir de estudos existentes, como o do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) que indicou o panorama econômico do setor pós-crise, nos quais avaliam o desempenho da atividade de acordo com seu histórico e a conjuntura presente. Ademais, foram levadas em conta as propostas dos candidatos à presidência, nos quais apresentaram suas intenções para a retomada do crescimento do setor.

Figura 1 – Fluxograma da proposta de metodologia



Elaborado pelo autor

4 JUSTIFICATIVA

Devido ao fato da construção civil fazer parte de um grupo de atividades com grande representatividade na economia brasileira, o presente trabalho desenvolve uma análise da evolução do crescimento do setor durante o período de mais de vinte anos, se pontuando nas questões políticas e econômicas nas quais estiveram envolvidas diretamente com seu desempenho.

A construção civil recebe grande destaque por conta da sua capacidade de ser consumidor de grande parte dos recursos naturais disponíveis, sua alta capacidade de absorção de mão de obra, tendo a abrangência nos diversos níveis de qualificação, desenvolver uma cadeia produtiva em torno de suas atividades, além de garantir a infraestrutura necessária para a qualidade de vida e desenvolvimento da comunidade. Isto caracteriza a indústria da construção civil como atividade com grande relevância, não apenas na questão do desenvolvimento do país, mas também para o crescimento da economia (SOUZA et al, 2015).

Além disso, o histórico brasileiro remete à questão da confiança do investidor causada pelos resultados positivos do PIB. Isto retrata a segurança passada no momento de crescimento da economia, sucedendo a entrada de novos investimentos na atividade da construção, permitindo dizer que a atividade acompanha a evolução macroeconômica, assim como aconteceu em 2010, maior crescimento da economia brasileira registrado, 7,5% (BC, 2018), acompanhado pelo auge do setor, 13,1% (CBIC, 2018c), o que mostra a íntima relação entre PIB da economia e a indústria da construção.

Assim sendo, afim de um entendimento aprofundado sobre o comportamento da economia e do setor da construção civil, torna-se necessário o estudo através dos resultados apontados por seus indicadores, tanto macroeconômicos quanto os indicadores setoriais, bem como através dos acontecimentos históricos, como políticas monetárias, políticas governamentais de incentivo à indústria, dentre outros eventos que se relacionam diretamente com a variação econômica.

Neste momento que surgem as avaliações econômicas, previsões, tendências e expectativas de mercado, que são fruto de estudos que avaliam a economia e traçam projeções que são subsídio importante, não apenas para as instituições públicas e governos para a tomada de decisões em relação as política econômicas, que causam impactos diretamente a questão macroeconômica e setorial, mas

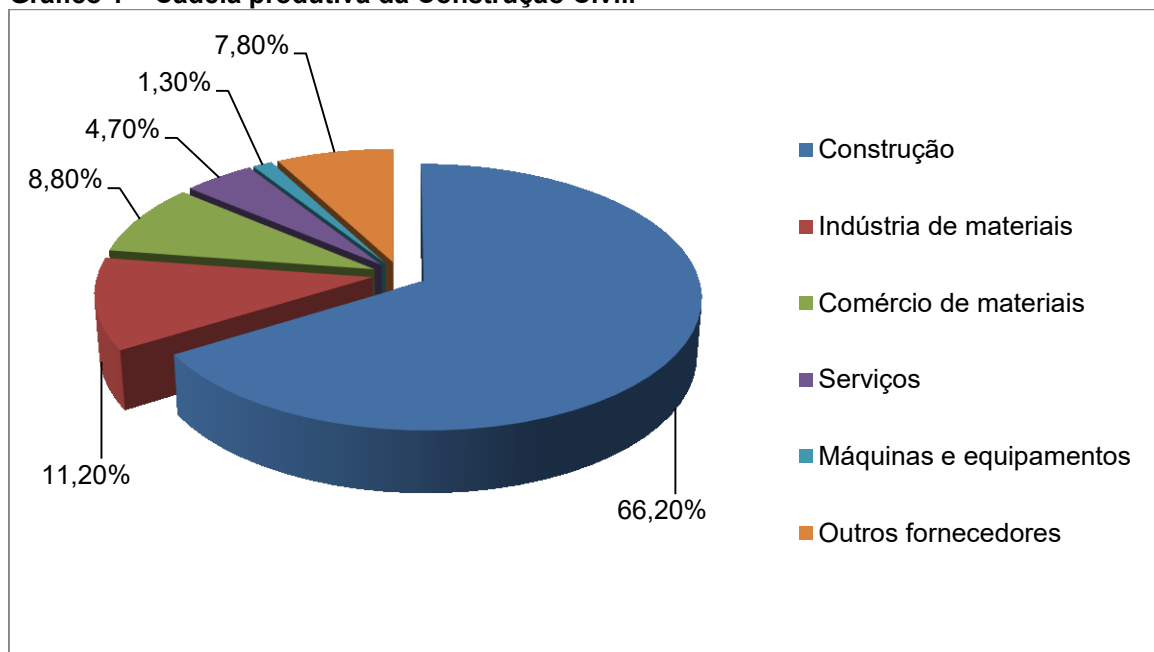
também para as empresas e o público em geral, possibilitando que estes tenham conhecimento sobre as projeções que estão sendo feitas, tornando assim ferramenta importante para o planejamento e manutenção de suas ações de curto, médio e longo prazo (BC, 2016).

5 REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 Panorama da Construção Civil na Economia Brasileira

A cadeia produtiva da construção civil é formada principalmente por seis pilares que compõem o PIB do setor. A análise desta composição mostra a participação de atividades que estão ligadas indiretamente ao setor, o que indica a importância da cadeia econômica gerada pela atividade da construção. O gráfico 1 mostra quais são as atividades e a participação de cada uma no resultado final. A construção corresponde a dois terços das atividades desenvolvidas, a outra parte é dividida por atividades de outros setores, como indústria e serviços. Isto remete a compreensão de que a composição do setor vai muito além do canteiro de obras, reafirmando o ciclo de atividades criado pelo setor (CBIC, 2018d).

Gráfico 1 – Cadeia produtiva da Construção Civil.



Fonte: Adaptado de CBIC (2018d).

Através deste encadeamento do setor torna-se evidente a importância na conjuntura econômica brasileira. Assim, deve-se destacar a geração de empregos do setor, além da profusão de investimentos em obras públicas – saneamento básico, infraestrutura, mobilidade urbana, e habitação principalmente – que tornam o setor ativo e contribuem para a manutenção do ciclo econômico da construção (FIEMG, 2013).

A construção civil compreende grande capacidade de absorção de mão de obra, tanto qualificada quanto não qualificada, além da indireta geração de empregos, que de acordo com os dados registrados pelo CBIC (2018b), em 2016 o setor foi responsável por empregar mais de sete milhões de trabalhadores, o que representa aproximadamente 8% da população ocupada no país.

No que diz respeito aos investimentos públicos, de acordo com Frischtak e Davies (2015) da consultoria Inter.B, o Brasil dispõe em média 2,5% do seu PIB para a geração de infraestrutura. A consultoria mostra ainda que, no ano de 2014, o investimento foi de 2,54% do PIB, o maior despêndio de recursos na década, o que representou R\$ 130 bilhões.

Estes dados corroboram o tamanho e importância do setor da construção civil, não só econômico mas também socialmente. O bom desempenho do setor além de alimentar suas próprias atividades – edificações, infraestrutura e mercado imobiliário principalmente – contribui para o desenvolvimento de diversas outras atividades ligadas a outros setores, fortalecendo a macroeconomia (FIEMGE, 2013).

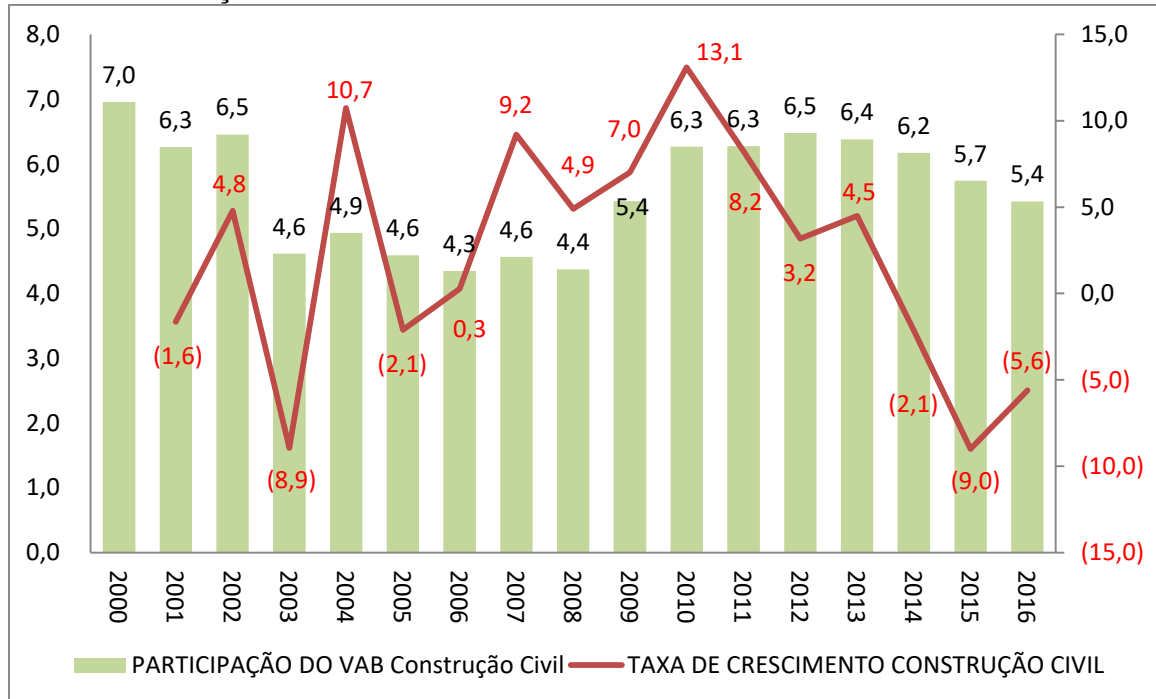
A indústria da construção produz infraestrutura econômica por meio da instalação de portos, ferrovias, rodovias, sistemas de irrigação, energia e comunicação, dentre outros, serviços sem os quais as atividades primárias, secundárias e terciárias não podem funcionar adequadamente. Dessa forma, o desempenho do setor facilita o desenvolvimento de uma grande variedade de outras atividades econômicas (TEIXEIRA; CARVALHO, 2005, p.11).

Assim como a construção civil repercute um importante papel na economia brasileira – em 2016 foi responsável por 6,2% do PIB nacional segundo Diones Cerqueira, assessor especial da Federação das Indústrias do Distrito Federal (2017) – é refém da influencia causada pela conjuntura econômica. Os dados do gráfico 2 demonstram a ação do cenário econômico na manutenção da atividade da construção, nele está representado os resultados de quase duas décadas da participação do Valor Adicionado Bruto (VAB) da construção civil no VAB brasileiro, além de retratar a taxa de crescimento do setor.

O mesmo gráfico, traz a relação entre a variação do crescimento do setor com a sua participação no VAB brasileiro. A análise dos resultados expressos pelo gráfico permite dizer que, apesar de serem indicadores relacionados, suas variações não são coincidentes. É possível notar que mesmo o setor em retração, a partir do ano de 2010, sua participação no VAB ainda continuou elevada, em contrapartida, o ano de 2004, quando a indústria da construção obteve seu segundo melhor desempenho durante o período em análise, obteve uma participação abaixo dos 5%,

menor participação até mesmo dentre os anos seguintes no qual a atividade esteve em retração.

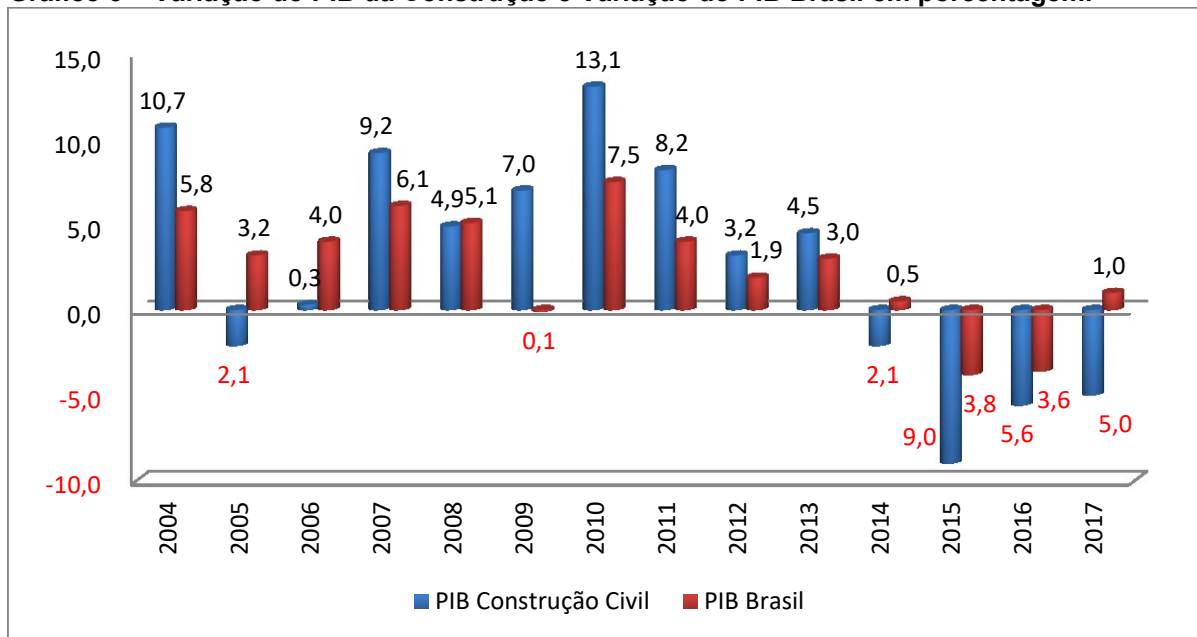
Gráfico 2 – Participação da Construção no VAB Brasil e variação da taxa de crescimento do setor da construção civil.



Fonte: Adaptado de CBIC (2018a).

Um fator que explica este fato são as políticas que se iniciaram a partir de 2009, quando o governo federal se pautou no incentivo à construção para a retomada econômica, ocasionando um incremento na produção. O surgimento de novos empreendimentos aqueceu o mercado, o que manteve a participação no VAB brasileiro com altos índices, diferente do que aconteceu nos anos anteriores, quando a participação do setor foi abaixo dos 5%.

Já o gráfico 3, traz a comparação evolutiva do setor com a evolução do PIB brasileiro em pouco mais de uma década. Estes dados são importantes para entender a correlação existente entre o setor da construção, a economia e o PIB brasileiro. O histórico brasileiro demonstrado pelo gráfico 3 remete ao entendimento de que o setor evolui à medida que os resultados positivos da economia brasileira surgem.

Gráfico 3 – Variação do PIB da Construção e Variação do PIB Brasil em porcentagem.

Fonte: Adaptado de IBGE - Contas Nacionais Trimestrais (2018).

O auge da construção civil em 2010, como mostra o gráfico 3, não foi apenas resultado da confiança de mercado, que surgiu após o crescimento de 7% no ano anterior, tampouco resultado apenas das políticas que foram iniciadas anos antes que fomentaram sua expansão, mas sim o conjunto de ambos, no qual a facilidade para o surgimento dos investimentos apoiado pelo governo deu subsídios para que o *boom* acontecesse.

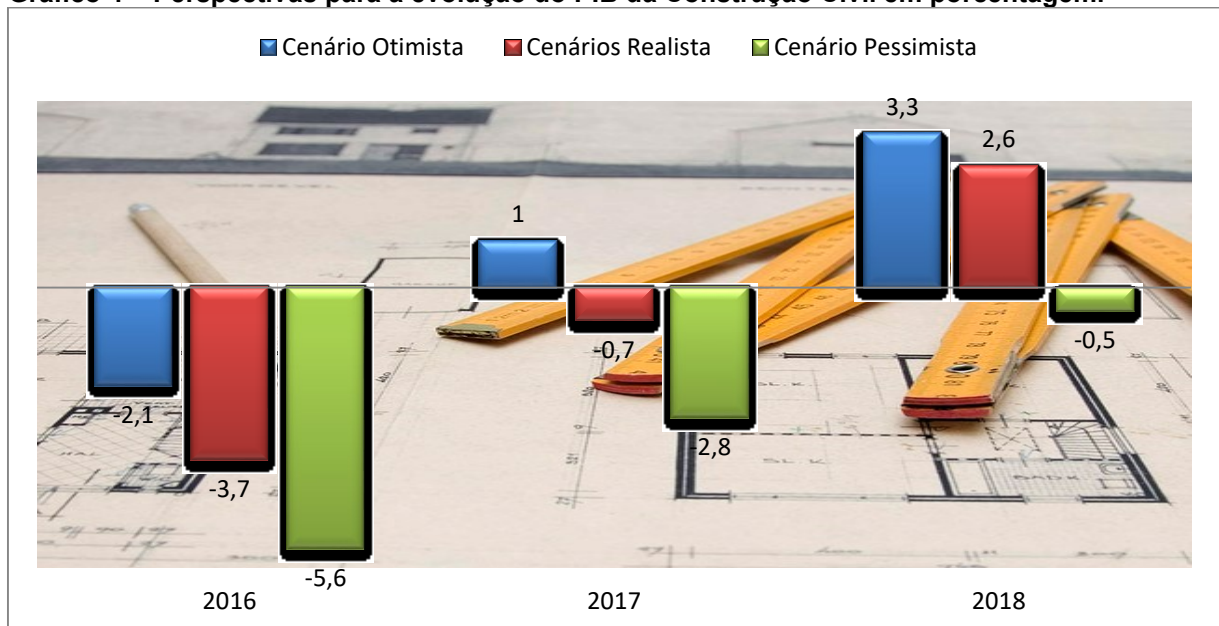
Entretanto não é apenas na expansão que a conjuntura econômica afeta o desempenho do setor, como demonstra o gráfico 3 após o ano de 2010. A retração era prevista após um crescimento inesperado como foi o de 2010, no entanto, os eventos ocorridos após causaram danos à saúde financeira do país, ocasionando a queda tanto do PIB quanto do setor, o que mostra como a construção civil é afetada diretamente pelo desempenho econômico (FOLHA DE SÃO PAULO, 2010).

Assim, estas informações abrem espaço para a discussão do panorama econômico da construção civil, no que diz respeito a seus recentes resultados e projeções futuras. Na sua última publicação registrada, a PAIC produzida pelo IBGE (2016) mostra a estrutura da construção civil no país, onde as obras de edificações puxa o setor, sendo responsável por 48,5% das atividades, seguida por obras de infraestrutura com 31,1% e serviços especializados que registra um total de 20,4%, o que representou em investimentos, R\$ 299,1 bilhões, que se levado em conta as incorporações imobiliárias, este montante sobe para R\$ 318,7 bilhões.

No histórico recente da construção civil, observa-se a forte expansão que se obteve até 2012. Segundo o SEBRAE (2017) esta expansão foi resultado das ações governamentais, os financiamentos com taxas de juros atrativas impulsionaram o mercado imobiliário e os programas Minha Casa, Minha Vida e de Aceleração do Crescimento (PAC) surtiram efeitos significativos para as obras de infraestrutura do país. No entanto, o SEBRAE ainda afirma, que após este período o setor enfraqueceu, dando mostras de recessão causada pela instabilidade econômica do país.

O estudo do SEBRAE (2017) ainda indica as tendências do setor, levando em conta três possíveis cenários para a macroeconomia. No estudo, os dados foram referentes às perspectivas de 2016 a 2018, no qual contemplava três diferentes cenários – otimista, realista e pessimista – em que os resultados obtidos para esta projeção estão representados pelo gráfico 4.

Gráfico 4 – Perspectivas para a evolução do PIB da Construção Civil em porcentagem.



Fonte: Adaptado de SEBRAE (2017).

Com os resultados retratados pelo gráfico, percebe-se que a evolução e melhora do setor acontecerá independentemente do cenário a que for submetido, diferenciando apenas o tempo que levará para voltar a crescer positivamente. Isto mostra que a tendência da economia é de recuperação, acarretando no que foi proposto anteriormente, no que diz respeito ao acompanhamento da evolução macroeconômica pelo setor da construção.

5.2 Histórico Econômico do Brasil entre 1995 E 2016

Nesta seção serão abordados os eventos que narraram a trajetória econômica do país durante vinte anos. A abordagem será feita em ordem cronológica e dividida em três partes, o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2002), governo Lula (2003 – 2010) e por último o governo Dilma Rousseff (2010 – 2016). A divisão se dá, a fim de elucidar as diferenças existentes em cada governo durante o período, além de proporcionar uma melhor interpretação das ações, levando em conta a conjuntura que cada um esteve inserido.

Neste caso serão considerados alguns aspectos imprescindíveis para a análise dos acontecimentos históricos ocorridos no Brasil durante o período, que são as políticas monetárias, políticas fiscais, programas governamentais para o crescimento da economia, e a conjuntura internacional, situações que influenciam diretamente a manutenção da economia no país.

5.2.1 Fernando Henrique Cardoso 1995 A 2002

Para a análise do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) é importante falar sobre sua participação no Plano Real¹. FHC esteve diretamente ligado ao desenvolvimento e implementação da nova moeda no Brasil, foi o ministro da fazenda durante o governo Itamar Franco, quando o real foi instituído no país como medida para o controle da inflação. FHC foi o primeiro sucessor presidencial após a chegada do real em 1994, e governou por dois mandatos, 1995 a 2002. Dada a conjuntura econômica do país na época, pode-se dizer que seu mandato foi uma transição, uma vez que a economia ainda estava a se adaptar as novas políticas instituídas com a troca da moeda (ROQUE, 2013).

A baixa taxa de crescimento durante seu governo foi resultado da busca pela estabilidade econômica do país, que de certa forma fez com que as políticas de desenvolvimento fossem deixadas em segundo plano. O grande marco de seu governo foi a obtenção do controle de preços, que foi conduzido por uma série de medidas, dentre elas a desindexação econômica, a expansão da abertura

¹ O Plano Real foi um dos planos mais engenhosos de combate à inflação do Brasil, conseguindo, após várias tentativas fracassadas, reduzir a inflação de forma duradoura no país. O plano tinha como meta o controle da inflação a partir do ajuste fiscal, indexação completa da economia e reforma monetária. (GREMAUD et al., 2005, p. 472.)

econômica e as privatizações. Entretanto, ao longo do tempo estas medidas agravaram alguns desequilíbrios e o governo então adotou um novo plano, o sistema de metas da inflação, que tinha o objetivo de sua redução para 4% até 2001. (MOTTA, 2003).

Outro ponto importante do seu governo foi no que diz respeito à política cambial, monetária e fiscal. Com a inclusão de alterações na política cambial no início do Plano Real, observou-se acentuada valorização da moeda brasileira, além de uma maior abertura econômica ocasionando o aumento da exposição ao mercado externo, contribuindo para o controle da inflação. Entretanto, o cenário internacional não favoreceu a continuidade destas políticas, e em 1999 o governo optou pelo regime de livre flutuação. Já na questão da política monetária e fiscal, de início foi adotado para o controle da estabilidade econômica o aumento das taxas de juros. Entretanto, a partir de 2000, com o alívio do câmbio advindo do regime de livre flutuação, foi possível a redução das taxas de juros pelo governo (GREMAUD, 2005).

Em relação à política de desenvolvimento, foi o ponto de maior questionamento sobre o governo FHC. O argumento do governo se sustentava na questão da estabilidade macroeconômica, e dizia que o desenvolvimento não se tornava possível com a desorganização econômica. Entretanto, o maior problema na em relação ao desenvolvimento estava pautado na crise fiscal, onde a crise no setor público impedia a redução das taxas de juros (MOTTA, 2003).

A realidade é que a estabilidade é condição necessária, mas não suficiente para se alcançar uma trajetória de crescimento sustentando. Em outras palavras, ninguém contesta que uma economia desorganizada monetariamente, com altas taxas de inflação é ambiente inadequado para investimentos e expansão de negócios. Por outro lado, somente uma taxa de inflação baixa não garante que tal ambiente seja propício para o crescimento (MOTTA, 2003, p. 6)

Já no fim de seu governo foram criadas medidas chamadas de reformas, nas quais significavam alterações visando a expansão do desenvolvimento. Dentre elas, a que refletiu maior impacto na construção civil, talvez tenha sido as reformas na ordem econômica, que visava desfazer monopólios e abrir o campo para investimentos privado, onde antes só participavam públicos (OLIVEIRA; TUROLLA, 2003)

Giambiagi et al. (2011) define o governo de Fernando Henrique como no que buscava o equilíbrio econômico apoiado sobre uma política cambial rígida e com um desequilíbrio fiscal agudo no primeiro mandato. Já o segundo é retratado pelo cambio

flutuante e forte ajuste fiscal. Destaca que os pontos positivos ficaram por conta do combate a inflação, enquanto os negativos diziam respeito à contínua expansão dos gastos públicos, e diz ainda que o governo ficou marcado pelo baixo crescimento, retratado pelo aumento tributário. Finaliza dizendo que o mais importante foi o “tripé” de políticas proporcionadas a seu sucessor, sendo as metas de inflação, câmbio flutuante e a austeridade fiscal.

5.2.2 Luiz Inácio Lula da Silva 2003 a 2010

Luiz Inácio Lula da Silva iniciou sua caminhada presidencial em 2003, foi eleito em 2002 para ser o sucessor de FHC no ano seguinte. Lula assumiu o país em situação econômica diferente de seu antecessor, e embora a economia se mostrasse estável, as incertezas acerca de seu governo provocaram um cenário conturbado no início de sua caminhada presidencial (PAULA; PIRES, 2017).

Havia-se desconfianças sobre a substituição do governo, sobretudo por um governo de viés político social, o que fomentou o receio sobre a implementação de políticas populistas e a ruptura do plano de austeridade econômica. No entanto, de início manteve as políticas econômicas do governo anterior, prova disso foi a continuidade das reformas, iniciadas por FHC, as reformas tributária e da previdência social, além da manutenção dos diretores do Banco Central, apesar de afirmar que para o crescimento da economia acontecer, mudanças nas políticas econômicas seriam necessárias (GIAMBIAGI et al., 2011).

No entanto, estas convicções começaram a mudar ao final do primeiro mandato, quando o governo deixou de lado o pensamento ortodoxo em busca crescimento econômico adotando alguns instrumentos de políticas econômicas mais flexíveis no sentido de impulsionar o consumo. O primeiro ato desta nova ideia foi a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no início do segundo mandato, isto marcou o início da retomada da capacidade estatal de interferir na dinâmica econômica no que diz respeito ao direcionamento do investimento privado, a fim de ampliar a infraestrutura básica do país (MATTEI; MAGALHÃES, 2011).

“Criado em 2007 o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo

para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável. Pensado como um plano estratégico de resgate do planejamento e de retomada dos investimentos em setores estruturantes do país, o PAC contribuiu de maneira decisiva para o aumento da oferta de empregos e na geração de renda, e elevou o investimento público e privado em obras fundamentais.” (BRASIL, 2018).

Segundo Barbosa e Souza (2010), a visão desenvolvimentista do governo Lula defendia uma maior alocação de recursos públicos visando o crescimento e aumento da capacidade produtiva. O pensamento é baseado na ideia de que os investimentos em infraestrutura colaborariam com a produtividade e competitividade econômica do país, fazendo se iniciar o círculo virtuoso do desenvolvimento. Além disso, afirma que o principal mérito do PAC foi a liberação de recursos público para o estímulo do investimento privado, corroborando com a visão desenvolvimentista do governo.

Já no fim de 2008 a crise internacional causa efeitos na economia brasileira, iniciando 2009 com a retração da economia. O governo de maneira a controlar o cenário econômico do país utiliza de ações anticíclicas. Uma das medidas foi o fomento da produção na construção civil originado pelo Programa Minha Casa, Minha Vida² (PMCMV) através da Medida Provisória nº 459 (ROMAGNOLI, 2012).

O novo programa habitacional é parte crucial da estratégia de desenvolvimento adotada pelo governo Lula. Além de possibilitar o acesso de famílias de baixa renda à habitação, é também um instrumento poderoso de estímulo à recuperação econômica, incentivando a produção de um setor intensivo em trabalho e em insumos produzidos no país. De fato, após o lançamento do programa Minha Casa, Minha Vida, o setor de construção residencial voltou a crescer e deve se tornar um dos líderes da expansão econômica em 2010. (BARBOSA; SOUZA, 2010 p.29.)

Lula durante seu mandato pautou o crescimento econômico com equidade, buscou o desenvolvimento econômico, sobretudo, através de políticas sociais que vislumbravam a diminuição da desigualdade. Suas políticas assistencialistas, como o programa Bolsa Família, desempenharam papéis fundamentais social e economicamente. A abertura de crédito proporcionada pelo BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social) possibilitou o aumento do consumo das famílias, o que contribuiu com o desenvolvimento da demanda interna e o crescimento da economia doméstica (PORTUGAL; NETO, 2005).

[...] não há como promover o consumo de massas sem, simultaneamente, estimular uma redução das desigualdades, tampouco, não há como avançar na direção de conciliar dinâmica e igualdade, sem a cumplicidade ativa e o

² O Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (BRASIL, 2018).

respaldo do Estado; ou ainda, não há como efetivamente obter resultados nesses campos, sem que se utilize largamente o território como ponto de articulação das iniciativas (BRASIL, 2008, p. 37).

Para Oliveira (2015), a manutenção econômica brasileira durante o cenário internacional desfavorável gerado pela crise de 2009, e o auge econômico do país em 2010 foram sustentados por estas políticas. A regulamentação do mercado foi primordial para acondicionar uma situação macroeconômica favorável, além do que, a crise externa possibilitou o fortalecimento de elementos nacionais para o desenvolvimento através do aumento da demanda interna, dando espaço para por em prática medidas heterodoxas pró-crescimento. Concluiu ainda que o maior legado do governo Lula foram as políticas macroeconômicas e o desenvolvimento social ancorados no crescimento do PIB e em políticas sociais de geração de renda e emprego, e a inclusão social.

5.2.3 Dilma Rousseff 2011 a 2016

A segunda década do século XXI se iniciou com um marco histórico no Brasil, a posse de Dilma Rousseff, que veio a ser a primeira mulher presidente do país. Dilma assumiu o país para ser a sucessora de Lula, herdou do ex-presidente o país em pleno crescimento econômico, com a atividade industrial aquecida, assim como o consumo das famílias (BRASIL, 2016).

No entanto, após o crescimento econômico demasiado no ano anterior, a atividade no país parecia ter atingido seu teto, demonstrando que a depressão dos investimentos privados e a estagnação pareciam certas. Para a retomada do aquecimento econômico, a presidente apostou na desoneração fiscal com o intuito da retomada da demanda doméstica, assim como a continuação do incentivo industrial com a segunda etapa do PAC (PAIVA, 2014).

Dilma conseguiu driblar esses desafios apelando para uma gestão fiscal voltada ao controle da inflação e à distribuição da renda. [...] Isso permitiu a depressão do IPI sobre automóveis e eletrodomésticos; que se refletiu na depressão relativa dos preços dos bens de consumo duráveis e na sustentação do nível de atividade da economia. Simultaneamente, Dilma resgatou a construção civil, via PAC e Minha Casa Minha Vida (PAIVA, 2014, p.1.).

O nível dos investimentos durante o governo Dilma se manteve elevado se comparado ao padrão histórico do país, especialmente se considerado a manutenção dos programas iniciados no governo anterior – PMCMV, PAC, e programas sociais. Mas, de fato o crescimento passou a ser mais lento, não por

motivos deliberados, uma vez que as políticas fiscais para a evolução dos investimentos foram mantidas. A razão para a desaceleração pode ser explicada pela dificuldade da elevação da taxa de investimentos como realizado no governo Lula, que partiu de um patamar inferior (DWECK; TEIXEIRA, 2017).

O principal foco das críticas ao governo Dilma durante seu primeiro mandato partiu da classe de economistas opositores, e foi justamente sobre as reduzidas taxas de crescimento do PIB após a rápida recuperação apresentada em 2010. Dos fatores determinantes para este desempenho destaca-se o crescimento reduzido do consumo das famílias, que vinha sendo um dos pilares de crescimento econômico. A diminuição do consumo se deu ao passo que o endividamento das famílias crescia, dado que estas políticas de incentivo ao crédito, como relatado anteriormente, se tratavam de políticas desenvolvimentistas de curto prazo, onde qualquer alteração fiscal poderia acarretar numa inadimplência massiva (CONTRI, 2014).

As medidas tomadas por Dilma durante seu primeiro mandato para a retomada do crescimento não surtiram efeito, e, além disso, causou uma deterioração dos indicadores considerados centrais pela maioria dos analistas econômicos. Com a perspectiva da melhora do cenário econômico, a presidente em seu segundo mandato adotou uma política de cortes públicos e reajustes de preços. Estas medidas pautavam o equacionamento dos indicadores fiscais para a retomada da confiança dos mercados. Entretanto, as ações não foram eficazes para a recuperação econômica, e tal circunstancia parece ter colaborado para o rompimento da base aliada do governo (LARA, 2016).

As tensões políticas começaram logo após a reeleição de Dilma em 2014, e tomaram maiores proporções com a pressão que vinha sofrendo em decorrência do desempenho econômico e as políticas sem resultados de seu governo. As investigações da operação Lava Jato se tornaram agravantes para a crise política instalada no país, na qual tornou o mandato de Dilma insustentável após o rompimento – anunciado pelo seu vice Michel Temer – de sua base aliada e o pedido de *impeachment* (ROSSI, 2015).

Brasil vive um momento especialmente infeliz, com a presidenta Dilma Rousseff como protagonista de sua própria tragédia política poucos meses após ser reeleita. O país do *boom* econômico e dos aplausos internacionais como sólida potência política e financeira já parece distante enquanto a investigação do esquema de corrupção na Petrobras se amplia, a economia não dá sinais de melhora e a popularidade da governante está no chão. Forte descontentamento popular e a avidez de parte da oposição para

tentar retirar a presidenta do poder formam o coquetel da crise (ROSSI, 2015).

A operação Lava Jato ganhou destaque pelas investigações acerca dos esquemas de corrupção ligados a contratos da Petrobrás. Soma-se a isto a expressão econômica e política dos suspeitos de participarem do esquema. A primeira fase da operação teve início em março de 2014, quando a Justiça Federal investigou e processou quatro organizações criminosas pela prática da corrupção, e a partir disso o Ministério Público reuniu provas e desvendou o esquema de corrupção envolvendo a empresa. O esquema era mantido por altos executivos da estatal, parlamentares e outros agentes públicos, que recebiam propina das principais empreiteiras do país em troca da garantia de repasse de contratos (MINISTÉRIO PÚBLICO, 2018).

Com a situação insustentável, o pedido de *impeachment* era iminente, e foi o que aconteceu em dezembro de 2015, quando foi autorizado na câmara dos deputados, sob a alegação de “pedaladas fiscais” para a aprovação das contas de seu governo (BBC, 2016). Durante este período Dilma esteve afastada da presidência. Em seu lugar, Michel Temer assume provisoriamente o Planalto até sua cassação em definitivo, que veio a ocorrer pouco mais de um ano após o pedido de impeachment ser aprovado na câmara, em dezembro de 2016 (CAPUTO, 2016), quando Temer passa a ser o presidente até o encerramento do mandato da chapa.

5.3 Tendências e Previsões do Setor da Construção Civil

A economia é uma ciência dinâmica, está em movimento o tempo todo, o que torna um meio de complexa análise. No entanto, o estudo sobre a economia é imprescindível, afinal, um “movimento econômico” inesperado pode significar grandes danos à saúde financeira do país podendo ocasionar uma reação em cadeia, alcançando os diversos setores e camadas de atividades econômicas do país, e conseqüentemente atingir a população (PIRES, 2017).

Apesar da complexidade, há inúmeros estudos que retratam de maneira fiel a atividade econômica do país. Muitos estudos partem dos indicadores econômicos, dos quais os principais, PIB e IPCA, diagnosticam a situação macroeconômica, enquanto a situação setorial fica a cargo dos índices relativos às suas atividades, que no caso da construção civil, Sistema Nacional de Preços e Índices para a Construção Civil (SINAPI), Índice Nacional de Custos da Construção Civil (INCC),

Índice de Confiança na Construção Civil (ICST), PAIC entre outros são os responsáveis (ESTADÃO, 2017).

Em suma, estes estudos são publicados periodicamente em formato de relatório, e embora no Brasil existam boletins econômicos eminentes, o boletim Focus – Relatório de Mercado, publicado semanalmente pelo BC (Banco Central do Brasil), é uma das principais referências para dados econômicos e previsões, no qual traz em seu conteúdo os resultados semanais dos principais indicadores econômicos do país, tais qual o PIB, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Índice Nacional de Preço ao Consumidor (IPC) dentre outros, retratando as expectativas de mercado, traçando previsões apoiadas nos resultados passados e recentes (BC, 2018).

No entanto, o boletim Focus traz uma abordagem macroeconômica, dando enfoque para os resultados e expectativas do desempenho da economia como um todo. Os estudos setoriais ficam a cargo de instituições relacionadas às atividades da construção civil – sindicatos, instituições de estudos econômicos setoriais como SEBRAE e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) a CBIC, entre outras – que a partir dos resultados gerados pelos indicadores de desempenho do setor, realizam os relatórios econômicos ilustrando o desempenho do setor e também as tendências e previsões.

Isto ratifica a importância que os estudos retratam para a manutenção do andamento econômico, em que são imprescindíveis para a realização dos diagnósticos, previsões e tendências, seja no macro ou setorial, itens que são fundamentais para a regulamentação do mercado, uma vez que indústrias e empresas se apoiam nestas informações para direcionarem o foco de suas atividades. Porém, as previsões como o próprio nome já diz, são prognósticos, suposições apoiadas em eventos e conjunturas já ocorridas num passado recente que são projetadas a fim de nortear acontecimentos futuros (BC, 2018).

As previsões econômicas não podem fazer desaparecer a incerteza do futuro e nem destituir a atividade empresarial de seu caráter intrinsecamente especulativo. Mesmo assim, podem prestar alguns serviços, uma vez que reúnem e interpretam dados disponíveis sobre as tendências econômicas e sobre a evolução econômica do passado recente (MISES, 1966 p. 986).

As perspectivas são atribuídas a importância norteadora que promovem, contribuindo para a fluidez do mercado ou economia. Apesar dos números apontados não condizer fielmente com os resultados reais, é um mero detalhe uma

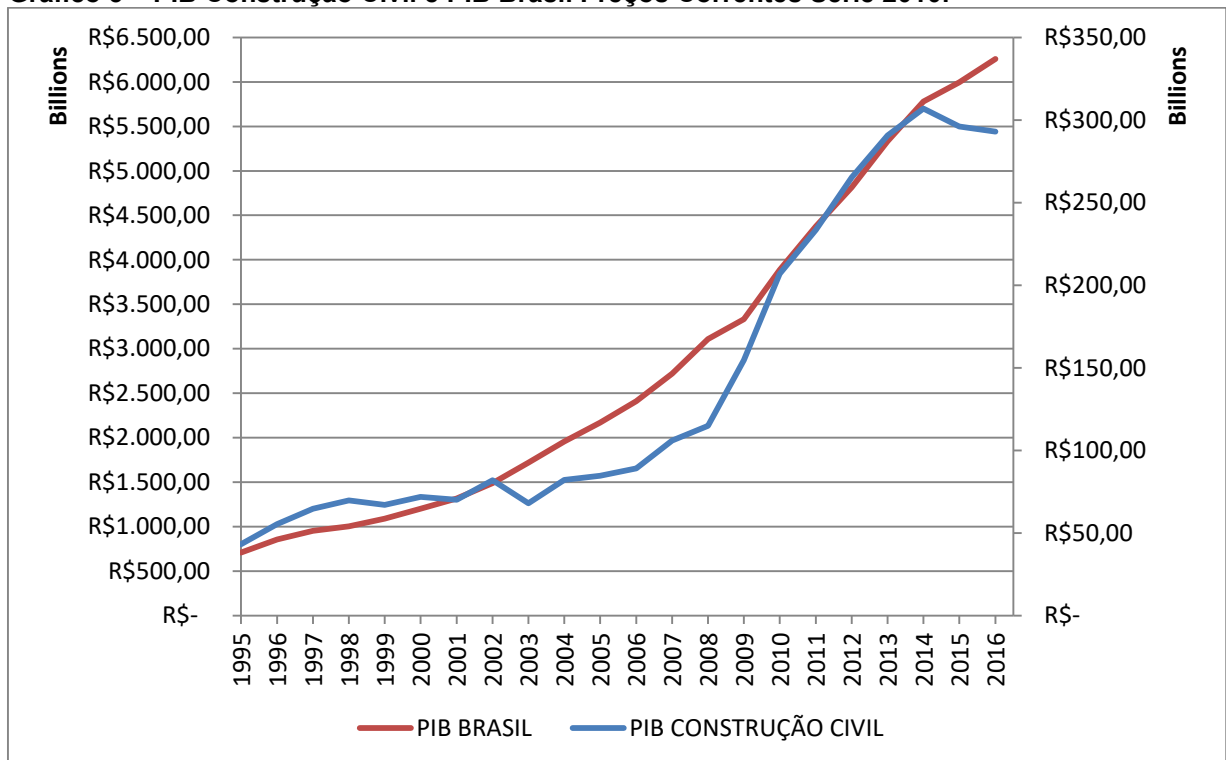
vez que o papel fundamental destes estudos é buscar uma direção para a situação econômica do país, empresa ou para o fim a que fora elaborado.

6 DADOS HISTÓRICOS

A solidez e a evolução econômica sejam do país ou região é indicada pelo PIB, que em sua composição na ótica da demanda considera a soma de toda sua produção nos três setores que compõe a economia sendo: a agropecuária, os serviços e a indústria. O crescimento econômico passa pelas atividades econômicas realizadas, quanto maior sua demanda ou produção, maior serão os lucros se analisado de maneira generalizada. Neste ponto designa-se às atividades um papel importante na questão do sustento econômico, sendo uma das principais atividades a construção civil (IBGE, 2018).

A construção civil representa para a economia o termômetro da evolução, é avaliada ainda como o motor para sua alavancagem (PLANALTO, 2018). Neste quesito, torna-se importante então a avaliação da participação da atividade no crescimento do PIB. O gráfico 5 retrata a evolução do PIB Brasileiro e do PIB da construção em valores brutos, demonstrando um crescimento semelhante quando analisado as curvas formadas por ambos os resultados.

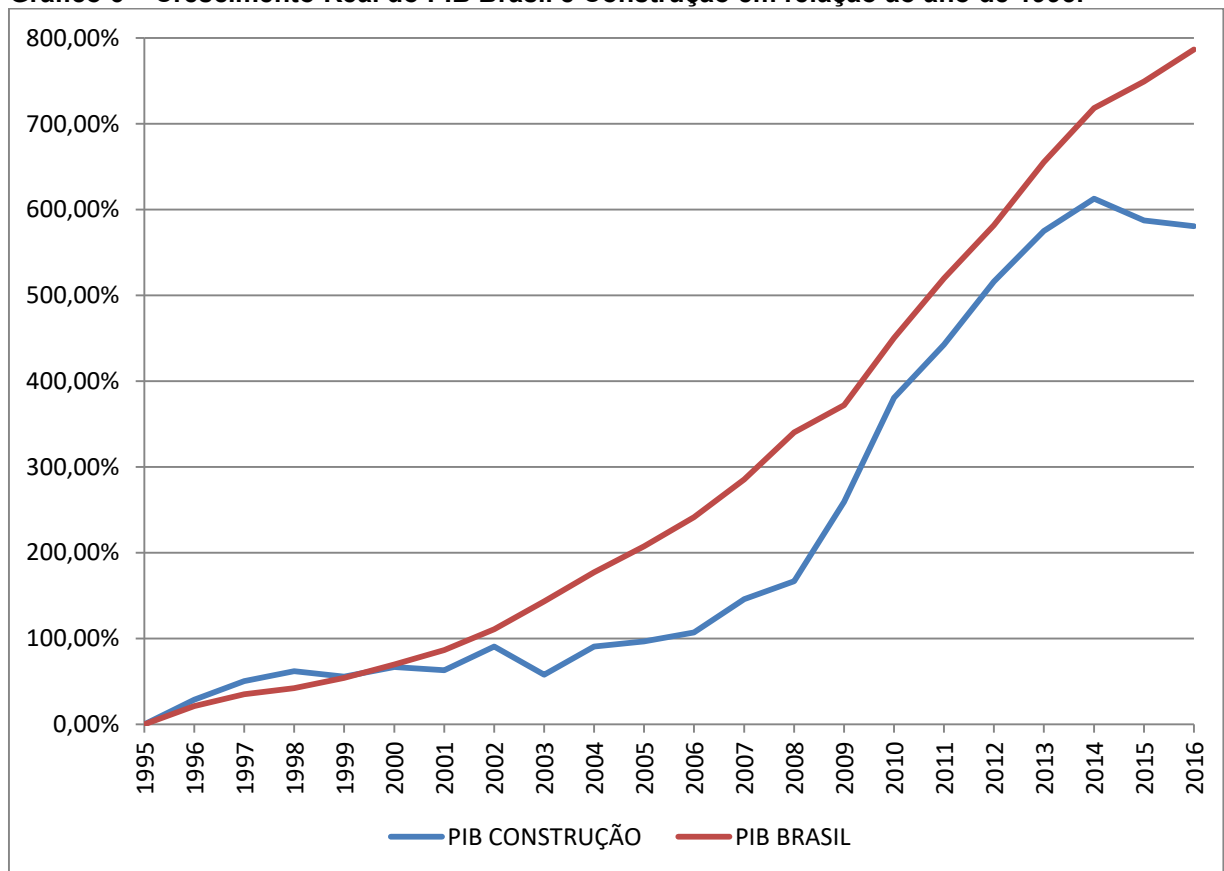
Gráfico 5 – PIB Construção Civil e PIB Brasil Preços Correntes Série 2010.



Fonte: Adaptado de IpeaData (2018).

A série histórica do gráfico 5 mostra que a construção, determinada pelo eixo de valores à direita, cresceu seu PIB de aproximadamente R\$ 43,1 bilhões em 1995, para pouco mais de R\$ 253 bilhões em 2016, o que significou uma taxa de crescimento de 9,82% ao ano. Já no PIB brasileiro, houve um salto de R\$ 705 bilhões em 1995 para pouco mais de R\$ 6,2 trilhões em 2016, o que representou uma taxa de crescimento de 10,52% ao ano. Como se pode observar, ambos tiveram uma taxa de crescimento próxima, o que fica claro se observado o gráfico 6, que traz o crescimento dos PIB's em relação ao ano de 1995.

Gráfico 6 – Crescimento Real do PIB Brasil e Construção em relação ao ano de 1995.



Fonte: Adaptado de IpeaData (2018).

Assim, o gráfico 6 consegue ilustrar a partir das curvas registradas como as evoluções dos respectivos PIB são próximas, corroborando com o fato da atividade acompanhar a evolução econômica. E mais do que analisar o comportamento semelhante que desempenham, é importante registrar a participação da atividade na evolução econômica do país. A tabela 1 traz os valores a preços correntes do PIB do

setor e do brasileiro, além da participação da construção civil no PIB brasileiro, rechaçando a importância do setor na sua composição.

Tabela 1 – PIB Nacional e PIB Construção a Preços Correntes Série 2010

Ano	PIB Brasil (R\$ 1 000 000)	PIB Construção (R\$ 1 000 000)	Participação da Construção no PIB Brasil (%)
1995	705.991,55	43.053,74	6,10
1996	854.763,61	55.429,85	6,48
1997	952.089,20	64.687,47	6,79
1998	1.002.351,02	69.707,31	6,95
1999	1.087.710,46	66.900,17	6,15
2000	1.199.092,07	71.780,43	5,99
2001	1.315.755,47	70.181,66	5,33
2002	1.488.787,26	81.979,58	5,51
2003	1.717.950,40	67.878,15	3,95
2004	1.957.751,21	82.056,73	4,19
2005	2.170.584,50	84.570,74	3,90
2006	2.409.449,92	89.102,05	3,70
2007	2.720.262,94	105.871,25	3,89
2008	3.109.803,09	114.801,96	3,69
2009	3.333.039,36	154.624,35	4,64
2010	3.885.847,00	206.927,00	5,33
2011	4.376.382,00	233.544,00	5,34
2012	4.814.760,00	265.237,00	5,51
2013	5.331.619,00	290.641,00	5,45
2014	5.778.953,00	306.946,00	5,31
2015	5.995.787,00	296.018,00	4,94
2016	6.259.227,79	293.058,38	4,68

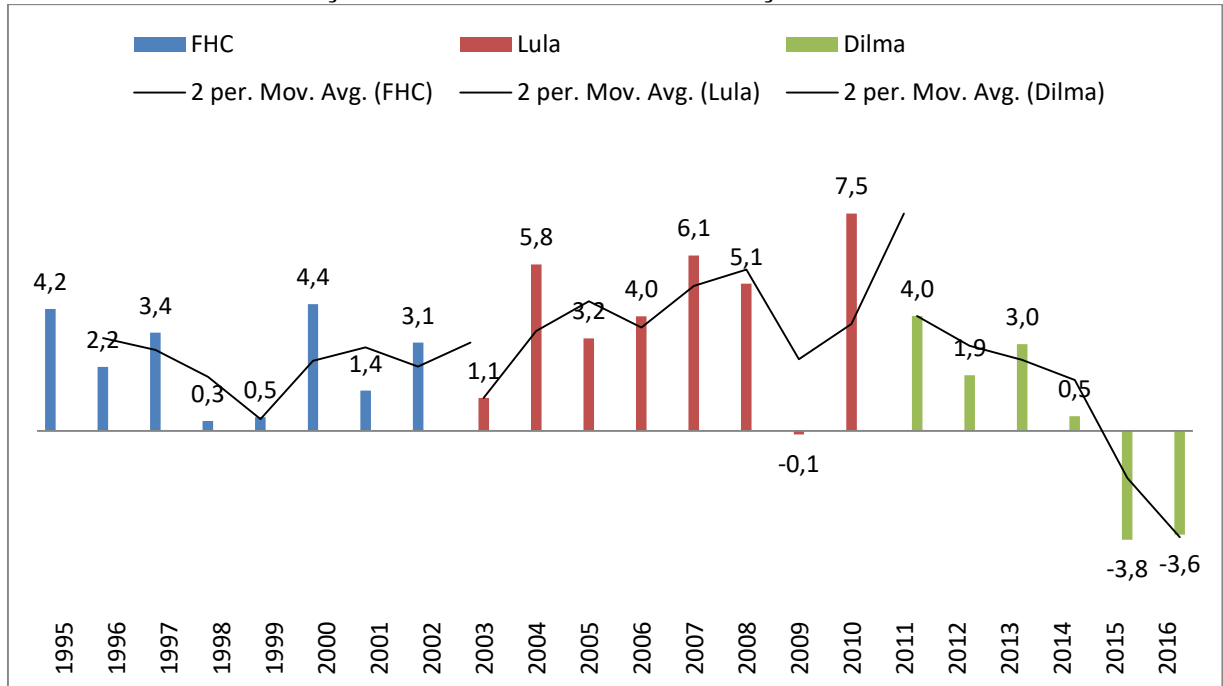
Fonte: Adaptado de IpeaData (2018).

As informações da tabela 1 registram a estimativa de contribuição do setor da construção civil no PIB brasileiro, ou seja, a evolução da atividade na economia nacional mostra que a contribuição do setor se comporta de uma maneira linear, apresentado algumas quedas ao longo do período, como em 2008 quando obteve a pior participação, 3,69%. No entanto voltou a se elevar, quase 1%, já no ano seguinte mantendo a linearidade, até mesmo após 2015 quando iniciou a crise econômica no Brasil.

No entanto, para a avaliação do crescimento registrado tanto macroeconômico quanto do setor, é necessário compreender qual a conjuntura a que ambos estavam envolvidos. Essa análise faz-se pelo acompanhamento da evolução econômica do país ao longo do período estudado. O gráfico 7 mostra a

variação econômica brasileira, destacando os três governos que estiveram no poder durante esse tempo.

Gráfico 7 – Taxa de Variação Percentual do PIB Brasil a Preços de Mercado.



Fonte: Adaptado de IBGE (2018).

Com o gráfico 7 é possível retratar o desempenho econômico do país durante os três governos do período. Seguindo em ordem cronológica, a série é iniciada por Fernando Henrique, que durante seus dois mandatos fez o país crescer a taxa de 2,44% ao ano como demonstrado pelo gráfico, conseguindo conduzir a economia sem que houvesse retração durante o período.

Fernando Henrique iniciou sua caminhada presidencial de forma precavida. Apesar do crescimento de 4,2% de acordo com o gráfico 7, seu primeiro ano de governo não trouxe grandes transformações econômicas para o país, e nem podia. A sombra da inflação ainda o acompanhava, e a prioridade do momento era a estabilização para a retomada do crescimento.

Já em 1996, os registros do Banco Central (1996) mostram melhoras em relação à economia e o setor da construção civil, resultados da efetividade do Plano Real no controle da inflação. Também neste ano houve o Programa Nacional de Desestatização (PND), que culminou com o repasse de empresas públicas como a Petroquisa, Light Serviços Elétricos S.A, Companhia Vale do Rio Doce, entre outras para o setor privado, a fim da reestruturação financeira do Estado.

No ano seguinte, a conjuntura internacional se mostrava desfavorável, em 1997 a economia brasileira se viu ameaçada pela crise econômica nos países do sudeste asiático, o que afetou a economia de países emergentes, inclusive o Brasil. Embora a crise tenha causado influência na manutenção da economia, não foi algo que preocupou o governo, e o crescimento se manteve, fechando em 3,4%, puxado pela indústria (BC, 1997).

No último ano do primeiro mandato de FHC, segundo o boletim econômico do Banco Central (1998), a crise asiática ainda respingava na economia brasileira, colaborando com diminuição dos investimentos externos, e obrigando o Estado a buscar alternativas para o controle da economia. A saída do governo foi recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e elevar as taxa de juros. Porém estas ações não foram suficientes, o que foi indicado com o desaquecimento da economia, registrado pelo crescimento de apenas 0,3% do PIB.

Logo no começo de seu segundo mandato, no início de 1999, a economia deu mostras de instabilidade, isso tudo causado pela nova política cambial instituída aliada à crise asiática que continuava a causar efeitos nas economias emergentes. Apesar destas adversidades, a economia se portou bem, conseguindo avançar 0,5%. No entanto a construção civil não suportou, tendo queda neste ano e registrando mais de 100 mil demissões (BC, 1999).

O início do século XXI foi marcado pela expectativa da melhora econômica no país. Isto foi decorrência do bom cenário internacional acerca da economia brasileira. O boletim do Banco Central (2000) mostrou que estas expectativas foram atingidas, tendo como responsáveis o patamar reduzido da inflação e as políticas monetárias que proporcionaram a expansão de 4,4% da economia, o que fez crescer também a indústria.

A bonança econômica obtida em 2000 não se manteve em 2001, isto por conta do instável cenário econômico internacional. A má situação econômica argentina e os ataques terroristas nos Estados Unidos causaram grande efeito negativo no mercado de exportação brasileiro, ocasionando o crescimento do PIB abaixo do esperado, 1,4%. O governo ainda tentou manobras, como o aumento de 6,3% dos recursos disponibilizados pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), no entanto, pelo resultado da economia pode-se notar que as ações não surtiram efeitos (BC, 2001).

A dúvida que pairava sobre a economia brasileira em 2001 continuou no ano seguinte. Os baixos níveis de investimentos internacionais juntamente com a corrida eleitoral de 2002 impactaram negativamente na atividade da indústria naquele ano. O governo tentou a recuperação da produtividade industrial disponibilizando recursos do FGTS, o que significou a injeção de R\$ 7 bilhões no setor, dando sustento ao crescimento que ficou em 3,1%. No entanto, a indústria da construção seguiu na contramão com mais um ano de queda, muito por conta das novas regras de investimento em renda fixa que o governo acabará de aprovar (BC, 2002).

Assim FHC fechou seu ciclo à frente da presidência do Brasil depois de oito anos. Seu governo foi pautado na questão da austeridade econômica, e durante seus dois mandatos buscou controlar a economia através das políticas cambial, monetária e fiscal, o que causou desequilíbrio nas questões da política de desenvolvimento. Entretanto, seu governo vai além da baixa taxa de crescimento econômico, deixou para seu sucessor um país com uma economia mais forte e controlada, diferente da década anterior quando havia assumido (NETO, 2011).

Lula quando assumiu, embora tenha herdado de seu antecessor um país com a economia equilibrado e as políticas de controle da inflação bem estruturadas, a classe empresarial tinha dúvidas sobre seu governo, o que significou certo desequilíbrio econômico, como discutido anteriormente.

Apesar do início de seu governo ter sido afetado pelo desempenho pífio de 2002 por uma série de eventos, o segundo semestre de 2003 foi de recuperação. Como mostra os dados do Banco Central (2003), as atividades se reestabeleceram, a alta dos preços foi controlada assim como a inflação, o que permitiu a retomada da estabilidade econômica. Já em 2004, as ações iniciadas no fim do ano anterior demonstraram eficiência, fazendo com que a economia avançasse 5,7%, o maior nos últimos dez anos. A recuperação econômica se deu por conta do cumprimento das metas fiscais estabelecidas pelo governo, além do bom desempenho do comércio exterior juntamente da política monetária, que conseguiu o controle dos preços (BC, 2004).

Em 2005 segundo o Banco Central (2005), a economia continuou sua evolução, a expansão do PIB veio para confirmar o sucesso das novas políticas financeiras implementadas no governo Lula. Já o ano de 2006 foi o ano que confirmou a efetividade das políticas realizadas ao fim de 2003 com o intuito de recuperar a economia brasileira. Além disso, o governo adotou uma postura de

crescimento sustentável, resultando no terceiro ano seguido de expansão econômica. Neste ano o governo ainda aprovou a desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o que provocou um bom cenário macroeconômico, favorável ao crescimento da construção civil (BC, 2006).

O primeiro ciclo presidencial de Lula se encerra, e o balanço feito em relação aos resultados econômicos é satisfatório. Lula em seu primeiro mandato optou pela continuidade das políticas praticadas no governo FHC, nas quais buscavam o fortalecimento e estabilidade da economia, e mais do que isto, conseguiu o crescimento contínuo, fato incomum no histórico brasileiro.

Em seu segundo mandato, Lula deu continuidade as medidas de incentivo ao crescimento econômico. O lançamento do PAC veio para ratificar seu compromisso com o desenvolvimento sustentável. O Banco Central (2007) mostra que os novos programas governamentais foram importantes para o crescimento da economia, os dados registram que naquele ano a economia continuou a crescer, 6,1%, o maior desde 2004. Já no ano seguinte, o crescimento foi mantido com a manutenção das políticas que vinham sendo praticadas, além disso, favoreceu o crescimento do setor, que naquele ano aumentou seu pessoal empregado em 17,4% (BC, 2008).

O ano de 2009 iniciou coberto de dúvidas sobre a economia, isto devido ao péssimo cenário internacional ocasionado pela crise imobiliária estadunidense iniciada no segundo semestre do ano anterior. Entretanto a economia nacional vinha fortalecida, justamente pelo aumento do consumo das famílias, que foi proporcionado pelos programas sociais criados pelo governo, o que segurou a retração do PIB em apenas 0,3%. Já a indústria da construção sofreu grande queda, impulsionada pelo corte dos investimentos. Além disso, neste ano o Brasil foi anunciado como sede da Copa 2014, e com isso veio a liberação de recursos provenientes do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para a construção da infraestrutura necessária para a realização do megaevento (BC, 2009).

O PMCMV criado naquele ano como parte das ações anticíclicas tem suas diretrizes na redução do déficit habitacional, distribuição de renda e inclusão social; e dinamização do setor da construção civil e geração de trabalho e renda, deixando clara a importância do programa para o crescimento social brasileiro, e seu aporte para o excelente desempenho econômico do país no ano seguinte.

Em 2010, o último ano de governo Lula, como mostra o Banco Central (2010) foi o ano de plena recuperação. A economia obteve seu maior crescimento desde 1986, 7,5%, juntamente da construção civil que atingiu seu ápice, 11,6%. Estes resultados foram puxados pelas políticas governamentais, como a facilidade do acesso ao crédito, desoneração da folha de pagamento e dos produtos industrializados, e os programas iniciados nos anos anteriores. No âmbito internacional, a conjuntura já voltava a se reestabelecer com a recuperação das economias estadunidense e europeia.

Luiz Inácio encerra seu mandato com a economia brasileira em pleno aquecimento. Durante sua passagem pela presidência, alinhou o desenvolvimento econômico ao social, na qual a marca de sua política foi o crescimento econômico juntamente da geração de emprego e combate à desigualdade. Seus métodos resultaram em um crescimento bem acima de seu antecessor, durante seus oito anos de governo, o país cresceu a uma taxa superior a 4% ao ano, deixando para trás a marca do baixo crescimento econômico do país como indicado nos relatórios anuais do Banco Central.

Dilma assume o país para fazer história, a primeira mulher presidente herdou de seu antecessor uma potencia econômica, que no ano anterior atingiu o posto de sexta maior economia do mundo, ultrapassando o Reino Unido (GLOBO, 2011).

Seu primeiro ano de governo foi regular na questão econômica, segundo o Banco Central (2011), manteve o crescimento do PIB, embora desacelerado, resultado do cenário internacional conturbado ocasionado pela crise fiscal europeia e estadunidense, além do terremoto no Japão, que afetaram a produção, desestabilizando a econômica doméstica. Entretanto, a continuidade dos programas sociais do governo Lula conseguiu frear a retração da economia brasileira, puxada pela demanda interna.

Neste mesmo ano foi dado o início a segunda etapa do PAC, nos moldes semelhantes à primeira geração, canalizando a maior parte de seus investimentos nas obras de infraestrutura (BRASIL, 2018), onde os investimentos é 72% superior ao anterior.

No ano seguinte as incertezas da conjuntura internacional continuaram a afetar a economia brasileira, o que resultou num crescimento de apenas 0,9%, em que novamente a demanda interna foi o destaque (BC, 2012). Já em 2013 segundo o Banco Central (2013), a situação internacional já voltava a se normalizar, as

economias desenvolvidas estavam voltando ao seu padrão aceitável, isso contribuiu beneficemente nas economias emergentes. O PIB brasileiro, puxado pelo aumento da FBCF resultado do crescimento da demanda de produção de bens da construção civil, cresceu 2,3%. Já no setor da construção, refletiu positivamente a evolução da carteira de crédito para o financiamento imobiliário.

Já 2014, ano que encerrou o primeiro mandato de Dilma, segundo o Banco Central (2014), foi um ano em que a economia registrou um desempenho abaixo do seu potencial, o crescimento do PIB ficou em 0,1%. O baixo desempenho econômico foi reflexo da modesta retomada da atividade global, além da desaceleração de atividades importantes na condução da economia brasileira. Contribuiu com isso o período eleitoral conturbado que o país enfrentou, diminuindo a confiança e expectativas da população em alguns aspectos econômicos.

O governo Dilma foi repleto de dúvidas, principalmente ocasionadas pela pequena taxa de crescimento, pouco mais de 2,3% ao ano em seu primeiro mandato. As expectativas da continuidade de crescimento foram frustradas após os baixos índices registrados pela economia brasileira, o que gerou desconfiança nos bastidores políticos e na população sobre o modelo econômico apresentado pelo governo (GONÇALVES, 2014). Entretanto, apesar de as tensões políticas e econômicas viessem se acirrando, a presidente foi reeleita, e teria pela frente mais um ciclo para a retomada econômica.

No início de seu segundo mandato, em 2015, o cenário conturbado do país corroborou para a retração da economia. A questão do ajuste macroeconômico que vinha acontecendo, aliado à situação política do país refletiu o desastre econômico daquele ano. O PIB fechou com retração de 3,8%, e, além disso, registrou a volta da inflação, que chegou a atingir 10,67% (BC, 2015). Este cenário formado pelos resultados econômicos ruins, juntamente da crise política agravada pelas investigações da operação Lava Jato contribuíram para o aumento da insatisfação em relação ao governo Dilma.

Para Barbosa (2015), a fraca base política formada pela presidente acarretou na crise política de seu governo, colocando em risco sua capacidade de governança. Neto (2016) avalia o momento conturbado do país a partir de dois diagnósticos, o primeiro causado pelo péssimo momento econômico internacional que proporcionou a desvalorização cambial brasileira, agravado pelas investigações da operação Lava Jato. O segundo é pontuado como os erros domésticos cometidos pelo governo

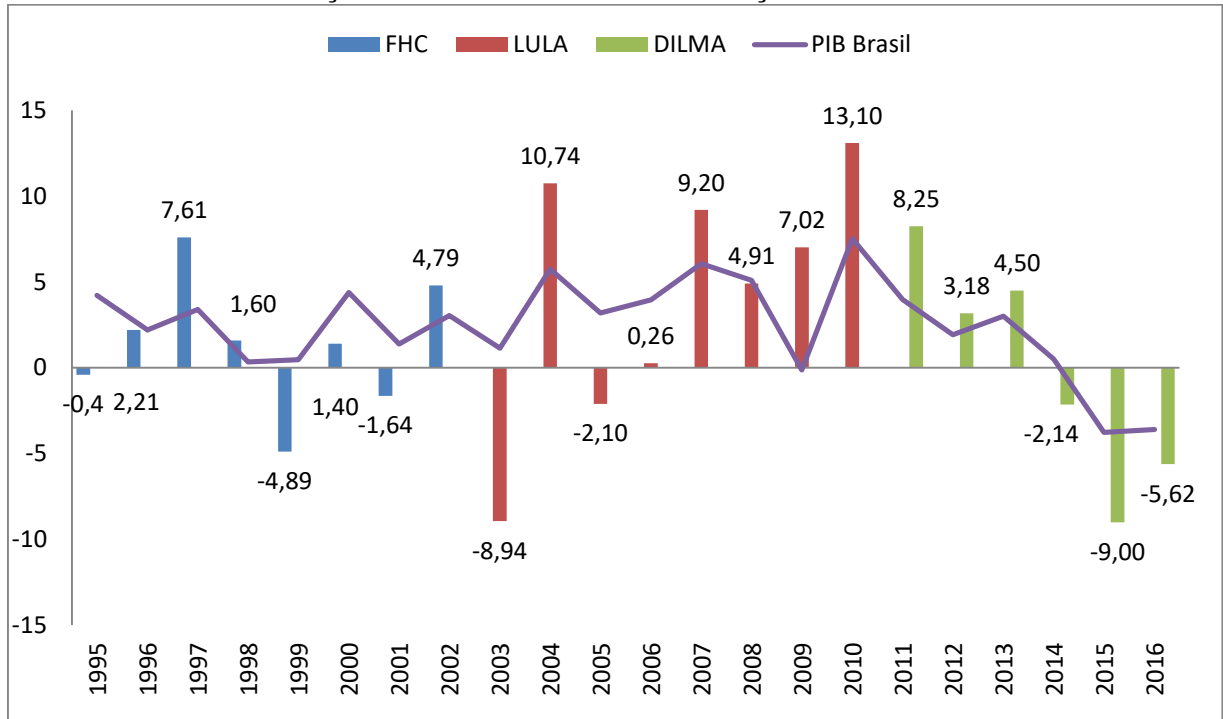
durante o primeiro mandato, como as intervenções nos mercados e setores produtivos, e as bruscas oscilações na política econômica.

Com as rupturas políticas da base governamental Dilma não tinha mais força política para manter seu governo, o que piorou o caos político no país. O pedido de *impeachment* foi passado na câmara dos deputados ao final de 2015, acarretando em seu afastamento até que fosse julgado. Em seu lugar assume Michel Temer, vice-presidente, que viria a governar o país até o final de seu mandato após a cassação definitiva.

Em meio ao cenário caótico que o país vivia, o ano de 2016 como mostra o IBGE (2016) obteve resultados alarmantes. A situação do país resultou em um recuo do PIB de 3,6%, o segundo ano seguido com retração. Toda essa subversão do cenário político-econômico brasileiro contribuiu também para a queda das atividades econômicas, principalmente a construção civil, que naquele ano teve queda de 5,2%, acarretada pela desconfiança do mercado, além dos cortes em investimentos e programas que vinham sendo realizados.

Essa análise histórica-econômica abre espaço para outras discussões sobre o modelo econômico aplicado no país. A questão econômica é o maior indicador sobre um ciclo de governo satisfatório, seja essa avaliação feita pelos economistas ou mesmo pela população. Isso fica claro quando visto as sínteses dos governos, em que o governo FHC recebeu notoriedade pela estabilização econômica ao mesmo tempo em que seu governo foi taxado pela baixa produtividade na questão desenvolvimentista. Já o governo Lula será sempre lembrado por suas questões sociais e principalmente o crescimento abrupto da economia brasileira, enquanto que Dilma será eternizada como a presidente que foi deposta pelos baixos índices econômicos durante seu mandato.

Estas questões influem de maneira pragmática na ocorrência das atividades produtivas do país, principalmente na construção civil que como pôde ser visto, foi utilizada como ferramenta de crescimento econômico em diversas oportunidades. O gráfico 8 traz em seu conteúdo a evolução da taxa de crescimento do setor durante os três governos que passaram pelo poder, com uma análise semelhante a desenvolvida na questão macro.

Gráfico 8 – Taxa de Variação Percentual do PIB da Construção

Fonte: Adaptado CBIC (2018).

Como é retratado pelo gráfico 8, o primeiro período destacado se refere ao governo Fernando Henrique, onde é possível perceber a montanha russa que foi a construção civil durante seu governo. Embora FHC tenha obtido sucesso na questão da estabilidade econômica através das políticas cambial, fiscal e monetária, como foi descrito na análise de seu governo, foi contestado e com razão, no quesito do desenvolvimento. Durante seu governo os índices de desenvolvimento ficaram aquém do satisfatório, o que refletiu nos baixos desempenhos da construção, e isso poderá ser visto e analisado com mais clareza no momento da discussão dos investimentos durante os governos em foco.

Para Sallum e Goulart (2016) o predomínio da ideologia ortodoxa em relação à política macroeconômica favoreciam as políticas citadas anteriormente, ao passo que desestimulava o sistema produtivo. FHC buscou de alguma maneira promover a produção no país em seu primeiro mandato com a intervenção do Estado na economia através de seu plano de desestatização, no qual previa a transferência de monopólios e a realização de políticas industriais. Porém, no segundo mandato as iniciativas desenvolvimentistas foram praticamente cessadas, em que a única ação pró-indústria veio a ocorrer com o câmbio flutuante, que correspondeu com alguma valorização sobre a indústria.

Já o governo Lula foi à contramão de seu antecessor que apesar do início conturbado – resquício do período eleitoral e a pequena instabilidade econômica herdada de FHC – resultar em uma retração de 8,94% no setor em seu primeiro ano de mandato como indica o gráfico 8, conseguiu posteriormente a evolução do sistema produtivo do país. A prosperidade do crescimento da atividade fica evidente em seu segundo mandato, que como destacado anteriormente, fugiu às políticas ortodoxas que vinham sendo praticada. A criação dos programas para o desenvolvimento, em que se destacam PAC e PMCMV, foi fundamental para a virada que resultou no auge do setor, com crescimento de 13,1% em 2010 (CBIC, 2010).

O programa foi criado com na circunstância de gerar condições macro setoriais para o crescimento do país promovendo a aceleração do crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população. Sua ocorrência se daria por meio de três fatores: i) incentivar o investimento privado; ii) aumentar o investimento público em infraestrutura; e iii) remover obstáculos burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos ao crescimento (PÊGO e NETO, 2008).

A estabilização econômica, o acesso ao crédito e o crescimento da renda no Brasil foram importantes para que o setor chegasse ao patamar alcançado em 2010. O PAC foi fundamental para o crescimento da construção civil, entretanto, a retomada do setor teve início a partir de 2006, quando o governo desonerou tributos, aumentou o crédito, ampliou os prazos de financiamento e avançou nos investimentos de infraestrutura (DIEESE, 2011). A tabela 2 destaca os eixos nos quais os R\$ 503,9 bilhões de investimentos foram distribuídos, que são: logística, energético, e social e urbano.

Tabela 2 – Valores Investidos nos Eixos do PAC 1.

EIXO	INVESTIMENTO (bilhões de reais)
Logística	58,3
Rodovias	33,4
Ferrovias	7,9
Portos	2,7
Aeroportos	3,0
Hidrovias	0,7
Marinha mercante	10,6
Energético	274,8
Geração	65,9
Transmissão	12,5
Petróleo e gás natural	179
Combustíveis renováveis	17,4
Social e Urbano	170,8
Luz para todos	8,7
Metrô	3,1
Recursos Hídricos	12,7
Saneamento	40,0
Habitação – Mercado	89,4
Habitação – Interesse social	16,9
Total	503,9

Fonte: Adaptado de BRASIL (2012).

O surgimento do Programa Minha Casa, Minha Vida em 2009, após a manifestação da crise imobiliária dos EUA, foi outro ponto de destaque na evolução do setor. O PAC tinha em seu escopo a abrangência habitacional, no entanto, foi potencializada com os investimentos do MCMV, que apesar do seu papel social foi criado como ação. O programa empreendeu a construção de um milhão de unidades habitacionais com os investimentos, o que representou algo em torno de R\$ 34 bilhões, dos quais R\$ 25,5 foram oriundos do Orçamento Geral da União, R\$ 7,5 bilhões do FGTS e R\$ 1 bilhão referente ao BNDES (ROMAGNOLI, 2011).

Ainda nesse período, surge o fator Copa do Mundo de 2014, que juntamente dos Jogos Olímpicos de 2016 completaria o ciclo de grandes eventos esportivos no país. A realização destes tipos de eventos revela o impacto causado sobre diversas atividades econômicas, além dos famosos legados, que são transmitidos pela continuidade da utilização da infraestrutura gerada e o progresso microeconômico proporcionado. O impacto direto na economia, no setor da construção civil especificamente, se da quanto à construção dos estádios e as obras de infraestrutura, nos quais atinge sua matriz produtiva, ocasionando aumento de emprego e investimentos. Ademais, o impacto indireto é proporcionado pela interligação da economia, ou seja, para que estas atividades sejam desempenhadas

é necessário o consumo da produção de diversos outros setores, sejam produtos físicos ou mesmo serviços (BLUMENSCHNEIN e NAVARRO, 2013).

A série de estudos Brasil Sustentável desenvolvida pela Ernst & Young (2011), traz em conjunto com a FGV o artigo Impactos Socioeconômicos da Copa do Mundo 2014, onde é destacado o setor da construção civil como o principal alvo dos investimentos para a realização do mundial, que dos mais de R\$ 57 bilhões gerados em 2010, foi responsável por R\$ 8,14 bilhões. Além disso, é apontado o efeito dominó proporcionado pela atividade, uma vez que dos investimentos ligados à construção, R\$ 1,5 bilhão causam impactos indiretos.

Estes aspectos somados refletem a rápida retomada da construção, que durante todo o governo FHC cambaleou entre crescimentos e retrocessos derivados dos inócuos investimentos no desenvolvimento produtivo do país. Entretanto, é importante salientar, que tal sucesso só foi possível devido às circunstâncias atreladas ao segundo mandato de Lula da Silva, quando são tomadas decisões heterodoxas em relação ao crescimento econômico (NETO, 2011).

Já o governo Dilma, o pior quando comparado a eficiência econômica do país e do setor, foi marcado pelo fardo carregado advindo de seu mentor político, Lula. Seu compromisso com o povo no momento de sua posse, mesmo que não registrado, era a manutenção do crescimento obtido no ciclo de governo anterior. A presidente optou pelo caminho da continuidade dos programas iniciados no governo Lula, e logo de início anunciou a conservação do PAC, dando início à sua segunda etapa, com quase o dobro de investimentos do anterior, como mostra a tabela 3.

Tabela 3 – Valores Investidos nos Eixos do PAC 2.

EIXO	INVESTIMENTO (bilhões de reais)
Estatal	277,9
Setor Privado	198,3
Financiamento ao Setor Público	19,1
Financiamento Habitacional	360,2
OGU Fiscal e Seguridade	119,3
PMCMV	88,8
Contrapartida de Estados e Municípios	2,5
Total	1.104,0

Fonte: Adaptado de BRASIL (2014).

Pinho (2016) em seu estudo pontua o governo Rousseff por seu início marcado pelas mudanças na estrutura da economia, caracterizado pela Nova Matriz Econômica, a qual repercutiu impactos diretos no setor causados pelo aumento da

oferta de crédito dos bancos públicos e a redução do IPI para bens da construção, passando pelas crises política e econômica até sua derrocada do poder. Para Pinho há diversos acontecimentos simultâneos que abalaram seu governo, dentre eles a recessão econômica aliada à fracassada tentativa de retomada da economia, instabilidade política e corrupção na Petrobras, todos intimamente ligados ao setor da construção civil.

O país entrou em forte recessão ao final de 2014, quando o setor teve a primeira baixa em anos, dando início a crise econômica. A queda está atrelada ao choque de oferta e demanda que atingiram a economia brasileira, ocasionado por erros na política econômica cometidos durante o período da NME³. O governo com a intenção de conter o declínio econômico, adotou políticas de investimento em setores estratégicos com aporte do BNDES. Entre os alvos escolhidos para a aplicação de subsídios, estava a Petrobras, que durante este período chegou a representar 10% de todo o investimento do país, no entanto, a elevação dos investimentos no país não veio acompanhada do crescimento econômico (FILHO, 2017).

O PAC cumpriu seu papel no que diz respeito ao aumento do investimento público em infraestrutura, entretanto, as críticas recebidas ganharam destaque. A concepção de que o gasto público seria o motor do crescimento econômico levou a crise fiscal e a aceleração da inflação, circunstâncias que explicam em parte a crise que perdura no país (LINS, 2017). Além disso, é questionada a eficiência do PAC, os projetos executivos pecam em sua formulação, e as falhas de gestão geram custos elevados e atrasos na entrega das obras. O foco em novas obras e não na resolução dos gargalos na infraestrutura nacional contribui para a geração de obras que resultam pequenos impactos, como usinas de energia que não podem funcionar por não haver linha de transmissão (PINHEIRO; FONTES, 2013)

Com a percepção do esgotamento do modelo econômico baseado no investimento público para a ampliação de infraestrutura, a presidente anunciou um novo programa em 2012, o Programa de Investimento em Logística (PIL). Seu objetivo era estimular os investimentos privados através de concessões, principalmente em obras de rodovias e ferrovias, com previsão inicial de R\$ 200

³ A partir de 2011/2012, o Brasil incorporou a chamada NME, políticas de forte intervenção governamental na economia que combinaram política monetária com a redução da taxa de juros e política fiscal com dirigismo no investimento, elevação de gastos, concessões de subsídios e intervenção em preços (FILHO, 2017 p. 52).

bilhões. O programa foi condicionado à ocorrência da maior parte dos investimentos nos primeiros anos do contrato, uma vez que o país se preparava para sediar a Copa do Mundo e as Olimpíadas do Rio. Entretanto, o cumprimento dessa exigência só foi possível com o aporte de crédito do BNDES com a assunção de risco por estatais. O governo através do programa conseguiu conceder apenas os aeroportos e algumas rodovias, sendo um fracasso em outros setores, ademais, os contratos firmados foram mal formulados, obrigando o governo a renegocia-los. Embora o estoque de infraestrutura tenha crescido, o custo do BNDES é um fardo a ser carregado por diversas gerações, além do que, parece que as obras não foram escolhidas por critérios de eficiência, mas sim por critérios espúrios, como pode ser percebido com os escândalos de corrupção (LINS, 2017).

Com a iminência da crise econômica, a saída do governo para o equilíbrio das contas públicas foi a realização de cortes no orçamento. Isso significou a redução dos investimentos nos programas governamentais, dentre eles o PAC e PMCMV, responsáveis pela maior parte dos investimentos públicos. Em 2015, o governo anunciou cortes de R\$ 25,7 bilhões e R\$ 6,9 bilhões respectivamente (O GLOBO, 2016), que impactaram diretamente na atividade da construção civil com a estagnação de obras previstas e perda de postos de trabalho.

Em meio à turbulência vivida pelo governo Dilma, a operação Lava Jato foi um amplificador da crise no país. Seus desdobramentos respingaram nos bastidores políticos e na economia brasileira. Para Campos (2017), a Lava Jato vem desmantelando as empresas de engenharia brasileiras, minorando as oportunidades na construção civil. Além disso, o autor cita o problema gerado no qual o Estado busca em empresas estrangeiras a saída para o fim da corrupção nos contratos públicos, e afirma que a entrada dessas empresas no país ameaça a força de trabalho nacional, além da perda do ciclo econômico gerado pela atividade, no que diz respeito ao consumo doméstico de insumos.

As investigações de combate à corrupção geraram distúrbios na atividade da construção civil. A iminente fragilização das empresas de construção pesada, em decorrência dos desdobramentos da operação Lava Jato aliado ao ajuste fiscal, reduziram o ímpeto dos investimentos públicos em infraestrutura. O principal setor a puxar os investimentos no país e que constituí o termômetro do avanço econômico foi abalado, a economia sofreu com a perda de empregos, diminuição dos

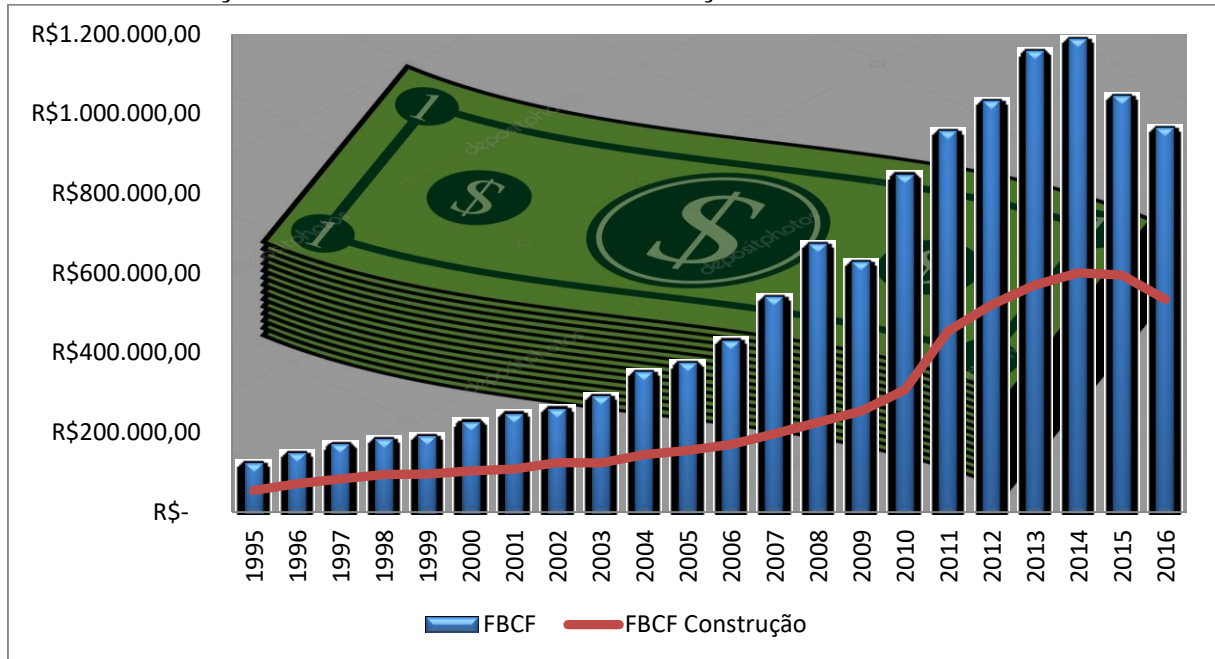
investimentos, fragilização de grandes empresas nacionais e a perda do principal dinamizador do crescimento interno (DIEESE, 2016).

Em meio ao conturbado cenário atravessado pelo país, as Olimpíadas do Rio 2016 foi uma trégua para a crise. Apesar de o evento ser local, com os investimentos centralizados no município do Rio de Janeiro, contribuiu com a atividade da construção civil, seja economicamente ou na evolução de sua capacidade. O megaevento possibilitou o investimento em infraestrutura e mobilidade urbana, além da construção de praças esportivas que ultrapassaram os R\$ 42 bilhões, dos quais R\$ 28 bilhões foram de responsabilidade do governo federal (ESTADÃO, 2016), além dos impactos indiretos no consumo doméstico e a criação de postos de trabalho.

A Formação Bruta de Capital Fixo é o indicador dos investimentos realizados nos setores econômicos do país. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2018) define a FBCF como a mensuração do aumento dos bens de capital das empresas, ou seja, os bens que servem para a produção de outros bens. São basicamente máquinas, equipamentos e materiais de construção, tornando-se importante, pois indica se a capacidade de produção do país está evoluindo, bem como a confiança para o futuro.

A quantidade do investimento é tomada como referência por sua representatividade na formação do PIB nacional. No Brasil, é possível perceber que a formação de capital exerce forte influência na formação do produto brasileiro, que de acordo com a série histórica do IpeaData (2018), considerando o período de 1995 a 2016, representou em média 17,6% de todo o capital produzido no país, o que demonstra uma parcela significativa na produção econômica do país. (IPEA, 2018).

Além disso, é através da FBCF que se pauta a evolução dos investimentos nas atividades econômicas. A atividade da construção civil é responsável, em média, por 46% do investimento brasileiro tanto público quanto privado. O gráfico 9 mostra a evolução dos investimentos na atividade da construção no Brasil, comparada com todo o investimento recebido no país, o que condiz com o período de desenvolvimento por qual passou, bem como com os programas governamentais criados para seu incremento.

Gráfico 9 – Variação da FBCF Total e FBCF da Construção.

Fonte: Adaptado de IpeaData (2018).

Um bom parâmetro para a análise do investimento no Brasil, principalmente no setor da construção civil, é o quanto do PIB é revertido para a construção de infraestrutura. Segundo o CBIC (2015) o país investe pouco em infraestrutura, algo na ordem de 2% a 2,5% de seu produto, no entanto, essa taxa que chegou a representar 5,4% do PIB durante a década de 1970, foi minorada após os anos 2000 quando passou a registrar 2,2% do PIB. A explicação para essa diminuição são os programas de ajuste fiscal, realizados para o contorno das crises atravessadas pelo país, que provocam cortes de gastos para o investimento. Entretanto, o estudo ainda mostra que após esse período, com a criação do PAC, os investimentos foram retomados paulatinamente.

Essa estagnação dos investimentos é percebida no gráfico 9 quando analisado de 1995 até 2002. Neste período a evolução do crescimento tanto da FBCF quanto dos investimentos na construção civil permaneceram quase que linear, demonstrando que o crescimento relativo ao ano anterior praticamente inexistiu, sendo alterada gradualmente a partir de 2003, quando o país começa a retomar suas políticas desenvolvimentistas.

O gráfico 9 registra com perfeição o acontecimento da retomada dos investimentos no país. Fica claro quando observado o crescimento da FBCF da construção civil no início do PAC em 2007 quando saltou de R\$ 196 bilhões para R\$ 306 bilhões em 2010, o que representa um crescimento de 56%. É importante notar

ainda que, apesar do cenário desfavorável proporcionado pela crise imobiliária dos EUA em 2009, o investimento manteve seu ritmo de crescimento, ocasionado pela manutenção das obras do PAC e o início do PMCMV.

A tabela 4 mostra os valores absolutos da FBCF e o quanto a construção civil representou deste montante, além das taxas percentuais da participação no PIB e na própria FBCF respectivamente, complementando os dados contidos nos gráficos anteriores.

Os efeitos destas políticas podem ser observados na manutenção do crescimento de maneira mais acelerada nos anos seguintes. Entretanto, indo além nesta análise, é possível identificar os efeitos negativos oriundos da recessão econômica iniciada ao fim de 2014. A inflexão demonstrada pela tabela 4 naquele ano aponta a diminuição dos investimentos tanto do setor quanto a nível macroeconômico. Os cortes no orçamento influenciaram diretamente os gastos públicos com a construção civil, além de gerar desconfiança no setor privado, diminuindo drasticamente os investimentos na atividade que foi reduzido nos dois anos seguintes.

Tabela 4 – FBCF total com a participação da construção civil e na composição do PIB.

ANO	FBCF (R\$ 1.000.000)	FBCF Construção (R\$ 1.000.000)	FBCF/PIB (%)	FBCF CC/FBFC (%)
1995	122.082,50	54.326,71	18,3	44,5
1996	147.591,57	71.139,14	16,9	48,2
1997	169.128,99	83.718,85	17,4	49,5
1998	182.074,58	94.496,70	17	51,9
1999	189.148,06	95.708,92	15,7	50,6
2000	226.665,80	103.586,27	16,8	45,7
2001	246.597,05	108.256,11	17	43,9
2002	259.779,67	124.174,68	16,4	47,8
2003	289.589,55	123.944,33	15,3	42,8
2004	350.683,52	144.130,93	16,1	41,1
2005	373.446,53	155.353,76	15,9	41,6
2006	429.279,02	169.994,49	16,4	39,6
2007	539.137,78	196.785,29	17,4	36,5
2008	672.320,24	225.899,60	19,1	33,6
2009	626.482,58	253.725,44	16,9	40,5
2010	847.166,00	306.674,09	18,4	36,2
2011	955.201,00	454.675,68	20,6	47,6
2012	1.031.188,00	520.749,94	20,7	50,5
2013	1.156.629,00	570.218,10	20,9	49,3
2014	1.187.483,00	600.866,40	20,2	50,6
2015	1.043.964,00	595.059,48	18,2	57,0
2016	963.122,39	534.532,93	16,4	55,5

Fonte: Adaptado de IpeaData (2018).

O papel socioeconômico desempenhado pela atividade da construção civil é outro fator importante para a avaliação da economia brasileira. Como salientado anteriormente, o setor contribui com uma grande parcela na questão da geração de emprego. No ano de 2016, apesar da retração de postos de trabalho na atividade, foi responsável por empregar diretamente dois milhões de pessoas, segundo os dados do CBIC (2016). A tabela 5 mostra o saldo de empregos gerados durante o período de 2003 até 2016, com base nos dados do CAGED.

Tabela 5 – Saldo de empregos gerados pela construção civil.

ANO	ADMISSÕES	DEMISSÕES	SALDO
2003	926.269	974.424	-48.155
2004	1.005.910	955.147	50.763
2005	1.091.798	1.006.745	85.053
2006	1.257.480	1.171.684	85.796
2007	1.428.582	1.251.827	176.755
2008	1.866.537	1.668.669	197.868
2009	1.950.078	1.772.893	177.185
2010	2.681.405	2.347.094	334.311
2011	2.847.681	2.622.536	225.145
2012	2.884.577	2.736.463	148.114
2013	2.874.805	2.767.781	107.024
2014	2.728.226	2.838.611	-110.385
2015	2.038.557	2.457.346	-418.789
2016	1.503.045	1.861.724	-358.679

Fonte: Adaptado de CAGED (2018).

A análise da tabela 5 possibilita a avaliação do saldo de empregos gerados na construção civil. Os dados mostram que após um desempenho ruim em 2003, derivado da instabilidade econômica ocasionada pela troca de governo e a crise fiscal herdada, houve uma crescente até o ano de 2010, explicada principalmente pelos programas governamentais PAC e PMCMV. Após esse período, o saldo de empregos acumulou quedas, atingindo uma rigorosa retração a partir de 2014, e chegando ao seu ápice negativo em 2015 quando foram fechados mais de 400 mil postos de trabalho, resultado do recesso econômico enfrentado pelo país.

Como ilustrado anteriormente, o ápice econômico do país foi atingido em 2010 em decorrência das políticas de desenvolvimento econômico, na qual boa parte se sustentava no setor da construção civil. O DIEESE (2010) através do boletim Trabalho e Construção nº 4 aponta que a retomada econômica após o breve recesso no ano anterior, decorrente da conjuntura internacional, foi fator determinante para o aumento do saldo positivo de empregos na atividade. O boletim frisa que a construção civil foi o precursor da retomada devido aos aportes governamentais recebidos, o que causou reflexos também na mão de obra da atividade.

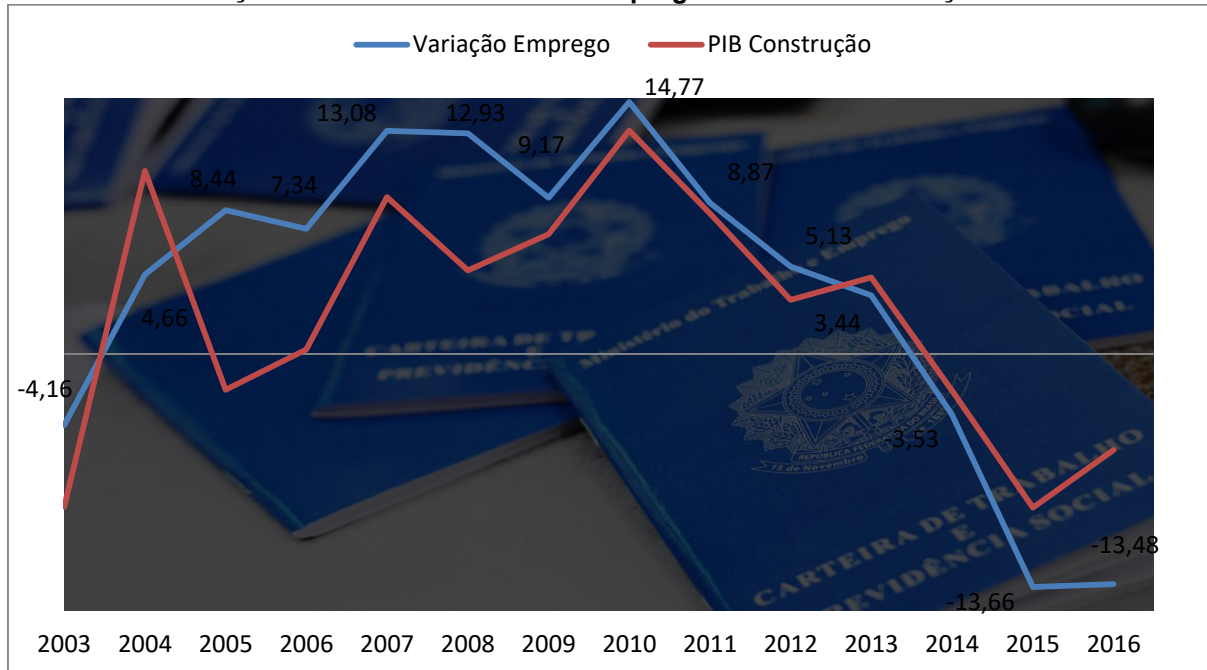
O boletim estabelece ainda um comparativo da evolução do emprego no início da década com o período desenvolvimentista, onde pontua o estável nível de

ocupação com baixas variações na construção civil, de 2000 até o primeiro semestre de 2005, e o crescimento acelerado a partir do segundo semestre até 2010. Estes dados ratificam a importância da conjuntura econômica e suas políticas para o nível de ocupação do setor, bem como ocorre com a questão dos investimentos, mostrando que estes dois fatores se correlacionam.

As circunstâncias da conjuntura ficam mais evidentes quando analisado os dados posteriores na tabela 5, onde indicam após o período de crescimento a retração em detrimento do agravamento da conjuntura econômica no país. A inflexão econômica sucedida impactou diretamente no nível de investimentos do setor, como discutido anteriormente, acarretando na perda de postos de trabalho. O baixo rendimento do país trouxe à tona os problemas estruturais da economia, que resultou em cortes orçamentários, o principal fator para a ocorrência do desequilíbrio econômico.

O pior momento do emprego na construção civil foi em 2015, ao mesmo tempo em que a situação macroeconômica do país se mostrava instável, com a pior retração já registrada. O DIEESE (2016) através boletim Trabalho e Construção nº 8 atribui a decadência dos postos de trabalhos a esta conjuntura macroeconômica, a qual instituiu o declínio do setor como um todo. A publicação vai além e reforça o papel social do emprego na construção civil, indicando que a perda da força de trabalho no setor pode contribuir para a crise social, tendo em vista o perfil da mão de obra.

O gráfico 11 traz essa variação do saldo de empregos e do PIB da construção do período, tratando de forma mais inteligível a evolução do índice discutido. A curva formada demonstra com clareza o aspecto do nível estável de ocupação no início da década de 2000, ratificando a aceleração ocorrida após sua metade, além da inflexão ocorrida após o agravamento da crise econômica no país.

Gráfico 10 – Variação Percentual do Saldo de Empregos e PIB da Construção Civil.

Fonte: Adaptado de CAGED (2018).

Além disso, o gráfico 11 permite fazer uma análise da relação do saldo de empregos com o desempenho do PIB do setor. As curvas formadas pelos resultados históricos se aproximam o que demonstra o real impacto causado pelo cenário da atividade em relação aos postos de emprego. A análise do gráfico 11 indica que o principal momento na geração de empregos da atividade foi justamente no ano de 2010, coincidindo com o pico de crescimento da atividade, bem como a queda contínua ocorrida posteriormente em ambos os indicadores.

Estes fatores descrevem impactos na construção civil, no qual remete a confiança depositada na manutenção da atividade. Esse aspecto é mensurado pelos índices obtidos pela atividade referentes à mão de obra, investimentos, dentre outros, gerando o panorama econômico do setor. O ICST produzido pela FGV em conjunto com o IBGE é um dos principais estudos sobre a perspectiva de confiança para o setor.

O estudo que foi publicado pela primeira vez em 2010 analisa a conjuntura, a fim de traçar perspectivas para a atividade considerando a macroeconomia. Seu primeiro ano de publicação coincide com o momento da expressiva expansão econômica obtida pela construção civil. A FGV (2011) através da publicação Sondagem da Construção, que traz o panorama da atividade e inclusive os resultados do ICST, mostra que em dezembro de 2010 o cenário econômico

alcançou um índice de confiança de 138,7 pontos, puxado pelo bom cenário registrado naquele ano, ante 125 pontos no mesmo período de 2011. Este resultado corrobora com a inflexão econômica ocorrida no país após seu auge, em que houve estagnação no seu crescimento.

Contudo, a crise econômica não deu mostras de reversão, sendo piorada por diversas outras questões como debatido anteriormente. A tabela 6 demonstra os dados das publicações referentes aos anos consequentes, adotando como base o mesmo período de análise. Os resultados mostram que a crise criou baixas expectativas em torno dos negócios da construção, o que ratifica a influência macroeconômica exercida nas atividades econômicas do país. Entretanto, é demonstrado que a perda de confiança não advém apenas do período de recesso econômico enfrentado pelo país, os escândalos de corrupção contribuíram em conjunto para estes resultados.

Tabela 6 – Índice de Confiança na Construção Civil referente ao mês de dezembro.

ANO	ICST (Pontos)	VARIAÇÃO (%)
2012	120,9	-3
2013	116,3	-4
2014	96,9	-17
2015	68,9	-29
2016	71,6	4

Fonte: Adaptado de FGV (2018).

Os dados da tabela 6 retratam com clareza a ocorrência das atividades da construção civil após seu auge em 2010. A instabilidade política e econômica gerada no governo Dilma possibilitou o início da crise econômica no país, o que desencadeou uma onda de desconfiança e incertezas na população e principalmente nos empresários. Na atividade da construção civil, a situação pirou com os desdobramentos dos escândalos da Petrobras, e os índices de confiança iniciaram uma queda sem precedentes.

Estes resultados geram inúmeros impactos na manutenção do setor. A falta de confiança reproduz a diminuição de investimentos, que remete a perda de força de trabalho, a interrupção e a não criação de novos empreendimentos, reduz o consumo interno, diminui a demanda, ou seja, reduz a produtividade formando um

círculo virtuoso de retração, impactando até mesmo em atividades periféricas à construção, e na macroeconomia.

Entretanto, não é apenas o cenário econômico que gera dúvidas. O panorama político também exerce grande influência para o nível de confiança nas atividades econômicas. O ano de 2002 caracteriza bem esta circunstância, quando naquele momento o início da troca de governo gerou instabilidades na economia. Contudo, essa interferência pode ser positiva, como ocorreu logo após no governo Lula, quando com suas políticas desenvolvimentistas conseguiram restituir a confiança no setor, acarretando o crescimento macro e microeconômico.

A análise destes resultados torna-se primordial para a avaliação do desempenho do setor, afinal, estes são os resultados finais propriamente ditos. Além disso, estes dados proporcionam também subsídios para estudos sobre o futuro da atividade, são eles que compõem os dados para a criação de cenários prospectivos. Como discutido anteriormente, a prospecção das atividades ocorrem a fim de auxiliar nas tomadas de decisões, serve como pano de fundo para uma avaliação dos riscos e oportunidades que o setor pode oferecer.

Após a crise de 2015, o cenário econômico nacional se demonstrava negativo gerando uma onda de pessimismo, inclusive na atividade da construção. Castelo (2015) descreveu o panorama do setor para 2016, onde indicou que apenas 15,5% dos empresários confiavam em uma recuperação nos primeiros seis meses, enquanto 31,8% acreditavam na piora do cenário. A perspectiva para o PIB da construção para aquele ano segundo a autora, apesar de significar uma pequena melhora, era de retração de 5%, ficando aquém da expectativa de retomada e depositando as esperanças para recuperação apenas para 2017.

De fato a perspectiva correspondeu aos fatos, durante o ano de 2016 a atividade no setor foi reduzida, recuando 5,6%. Segundo o boletim econômico do Sinduscon-SP (2018), essa perspectiva se concretizou devido aos problemas econômicos que perduraram de 2015 para o ano seguinte, com a dificuldade de acesso ao crédito, aumento do desemprego, queda nos investimentos públicos e privados além da retração do PIB total, corroborando com a análise discutida anteriormente no que diz respeito a evolução do setor. Entretanto, concluiu que o panorama seguinte seria favorável, com o indicativo do aumento da confiança das famílias e empresas e a desaceleração da inflação.

O boletim Destaque Setorial, desenvolvido pelo Bradesco (2016), apontou que a expectativa para o setor em 2017 seria de retomada, puxada pelo mercado imobiliário. O estudo ainda destacou que apesar da criação de novos investimentos em infraestrutura, não haveria tempo hábil para o início das obras de forma a impulsionar a atividade da indústria. Com isso, projetou o crescimento do PIB em 3 pontos percentuais, confirmando a manutenção do crescimento para os anos seguintes.

6.1 Novo Cenário

Como exposto anteriormente, havia uma expectativa de melhora para os anos seguintes como indica o SindusCon-SP (2017) em publicação realizada em maio de 2017 apontou que a expectativa do crescimento de 0,5% do PIB da construção poderia não acontecer. Segundo o sindicato, os desdobramentos políticos ocorridos no país durante o período, o adiamento dos lançamentos dos imóveis e das novas concessões, além da incapacidade do governo de impulsionar o PAC com vigor foram cruciais para a queda da confiança na atividade.

As expectativas geradas pelo estudo do Bradesco (2016) de fato não corresponderam, corroborando com a perspectiva lançada pelo SindusCon-SP (2017). Segundo o balanço anual do CBIC (2017), o setor encerrou o ano com retração de 6%, e indicando queda inclusive no mercado imobiliário, o qual era previsto para puxar o crescimento da atividade. O balanço ainda demonstra que a queda do setor poderia impactar em até 0,5% do PIB nacional, e compara a participação de 7,3% no produto com a de anos anteriores, que chegou a 10,5%, a fim de demonstrar a baixa ocorrida. Além do mais, a publicação demonstrou confiança para a retomada da atividade, indicou crescimento de 2% para 2018 em contrapartida da aprovação das medidas indicadas pela atividade ao governo.

Embora o ano de 2017 tenha frustrado as ambições do setor, 2018 foi cercado de expectativas. A revista Exame (2018) apontou em sua perspectiva que a construção civil seria a saída para o crescimento, e assim como o CBIC em seu balanço anual, estimando um crescimento de 2%. Essa expectativa gerada é devido ao aumento da confiança, que em 2017 chegou a 77,5 pontos, aliada ao aumento da taxa de ocupação do setor, que atingiu 62,1%, junto da expectativa do governo na geração de mais de um milhão de empregos. A publicação ainda conclui, mostrando

que outro ponto em destaque que contribuiu para a expectativa positiva foi a destinação do FGTS ao setor habitacional, além da prorrogação dos recursos para o PMCMV, que juntos somam mais de R\$ 100 bilhões em investimentos.

A publicação Sondagem da Indústria da Construção, realizada pela Confederação Nacional da Indústria (2018), traz em sua publicação mais recente os resultados do primeiro semestre de 2018 referentes à atividade do setor. O estudo indica que o nível da atividade cresceu 3,9 pontos, enquanto o de empregos registrou 1,6, atingindo 46,7 e 43,4 pontos respectivamente – O índice varia de 0 a 100, resultados abaixo de 50 representam queda no nível de atividade. A questão do nível de ocupação, apontado pela revista Exame (2018) como um indicador de recuperação do setor, indicou um crescimento de 4% em relação ao mesmo período do ano anterior, contudo a confiança na atividade está baixa, o ICEI (Indicador de Confiança do Empresário da Indústria) apresentado pela CNI apontou 48,9 pontos, apenas 0,5 ponto a mais que a estimativa para o mesmo período do ano anterior.

Embora os resultados esperados para 2018 não cumpram totalmente as perspectivas, é visível a melhora do setor em relação a 2017. Isto mantém a confiança do mercado em alta, conservando a expectativa de melhora no setor. As medidas adotadas em torno da construção civil, citada na publicação da revista Exame (2018), certamente cumprem impactos importantes, sendo um dos pilares para a retomada do crescimento, proporcionando ainda uma evolução a longo prazo.

Fato que corrobora com a confiança são as perspectivas econômicas traçadas para o período pós-crise. A publicação Crescimento da Economia Brasileira 2018 – 2023, assinada pelo BNDES (2018), indica a retomada gradual da economia brasileira considerando o cenário nacional – taxa de investimentos, postos de emprego, FBCF e políticas fiscal e monetária – referente ao ano de 2018. O estudo aponta que o crescimento para 2023 seja de 3,4%, com um crescimento médio de 2,9% ao ano.

Assim como a expectativa do crescimento da economia global é positiva, com a questão microeconômica não é diferente. A série Estudos Econômicos, produzida pela Empresa de Pesquisa Energética (2017), traz a Caracterização do Cenário Macroeconômico, apresentando uma perspectiva do cenário econômico das atividades produtivas do país entre 2017 a 2026. A publicação indica que a construção civil deverá apresentar gradual retomada, assim como a economia nacional, a uma taxa média de 2,3% ao ano – próximo da evolução proposta para a

economia nacional. A retomada inicialmente deve ser de maneira desacelerada, devido à deterioração do cenário econômico, no entanto, acredita-se que os investimentos em infraestrutura em breve deverão ser restituídos pelas políticas de concessão e reaquecimento da demanda imobiliária. A aposta na retomada se dá pelo grande potencial de crescimento do setor, em decorrência do déficit habitacional e a precariedade na infraestrutura do país.

Outro fator que poderá acarretar alterações no cenário econômico é a iminente troca de governo em 2019, uma vez que em 2018 haverá eleições presidenciais. Bem como visto anteriormente, a mudança de governo pode impactar a conjuntura econômica do país, tanto positiva como negativamente. No Brasil a bonança econômica veio justamente após a mudança para um governo que buscou políticas desenvolvimentistas. Entretanto, a saúde econômica do país veio a se deteriorar na troca seguinte, ocasionando as crises política e econômica.

Essa questão se torna importante na avaliação da confiança e expectativas para o futuro econômico do país, contudo para o setor da construção civil. A análise dos planos para o setor é imprescindível para a caracterização de sua conjuntura ao longo do próximo ciclo econômico que será iniciado. Neste ponto, serão avaliados os projetos para a atividade da construção civil propostos pelos candidatos a presidência da república, a fim de parametrizar as ocorrências no setor durante o período.

O boletim Informativo da Indústria da Construção, produzido pelo CBIC (2018e), mostra que em sabatina realizada pela Coalizão pela Construção os candidatos puderam expor seus projetos para o setor da construção civil. Na oportunidade participaram Marina Silva, Geraldo Alckmin, Alvaro Dias, Ciro Gomes e Henrique Meirelles. O quadro 2 destaca os principais pontos de cada candidato que podem causar impacto no crescimento da atividade.

Quadro 1 – Projeções dos Candidatos a Presidência para o Setor da Construção.

Candidatos	Investimentos Públicos	Políticas Econômica e Fiscal	Infraestrutura e Habitação
Marina Silva	Pretende executar a limitação dos gastos públicos e a modernização das relações entre o setor público e	Pretende realizar a diversificação do crédito imobiliário. Defende a unificação dos impostos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS)	Pretende ampliar a proporção de investimentos no setor de infraestrutura para 4% do PIB Indica a alocação dos investimentos em obras de drenagem e mobilidade urbana,

	privado, tornando-as complementares.	no Imposto sobre Bens e Serviços.	além da universalização do saneamento. Pretende aperfeiçoar o PMCMV para sanar o déficit habitacional
Geraldo Alckmin		Pretende aumentar o número de instituições bancárias, fomentando a competitividade e a facilidade na concessão de crédito.	Considera que há muito a ser feito na questão da infraestrutura. Defende a revisão do FI-FGTS para que os recursos sejam destinados para projetos de moradia, mobilidade e infraestrutura.
Alvaro Dias		Considera fator importante a redução das taxas de juros para a facilidade na concessão de crédito.	Pretende recuperar a credibilidade junto ao setor privado para utilizar nas PPPs, concessões e privatizações os mecanismos de fomento que o país dispõe (Banco do Brasil, Caixa e BNDES). Defende o aprimoramento do MCMV
Ciro Gomes	Pretende redesenhar o pacto federativo brasileiro. Garante a resolução de todas as obras de transporte público em 10 anos.	Pretende forçar a competição entre Banco do Brasil e Caixa visando a queda dos juros. Pretende criar dois milhões de empregos no primeiro ano de governo, com fomento do FGTS para investimentos na atividade da construção.	Pretende concluir as obras paralisadas e ter empenho na infraestrutura e logística do país. Investimentos para a criação de saneamento.
Henrique Meirelles		Defende o destravamento completo do sistema de privatização do país. Redução da parafernália burocrática	Apresentou o Programa Brasil Integrado, amplo projeto de infraestrutura urbana, interurbana e de longa distância. Retomada imediata de mais de 7 mil obras paradas – investimentos na ordem de R\$ 80 bilhões.

Fonte: Adaptado de CBIC (2018).

O comparativo realizado pelo quadro 2 demonstra que as propostas idealizadas pelos candidatos se assemelham. Na área dos investimentos públicos, apenas Marina e Ciro apresentam propostas, onde ambos demonstram a intenção da alocação de recursos públicos de maneira sustentável para a retomada do crescimento econômico e o reaquecimento do setor. Já na questão das políticas econômicas e fiscais, é quase que unânime a defesa pela redução das taxas de juros aplicadas na concessão de crédito. Os presidenciáveis defendem que um maior acesso ao crédito aumentaria o consumo e a demanda no setor, favorecendo a sua produtividade.

Entretanto, o projeto de Gomes se sobressai quando defende uma retomada econômica baseada na geração de empregos. Esta ação reflete um planejamento conciso de retomada, no qual instituiria um círculo virtuoso entre a elevação dos investimentos, geração de postos de trabalho e aumento do consumo doméstico. Impreterivelmente, essa prática de crescimento sustentável acarretaria no reaquecimento da economia, respingando positivamente nas atividades produtivas do país.

Sobre a infraestrutura, assim como na concessão de créditos, os candidatos reconhecem que é um setor defasado no país, e defendem que os investimentos devam ser retomados. Indo além, acreditam que essa pode ser uma oportunidade para o reestabelecimento do crescimento econômico, apostando em políticas semelhantes às adotadas durante o período do PAC. Neste contexto, Silva ganha destaque ao anunciar que sua intenção é a elevação da taxa de investimentos, chegando a 4% do produto nacional, algo próximo dos 5%, valor considerado razoável na literatura. Entretanto, os investimentos em infraestrutura não é novidade no cenário econômico brasileiro, estas políticas de estímulo ao crescimento são realizadas, de maneira ostensiva, há quase duas décadas e de fato sua retomada pode ser o alívio necessário para a recuperação.

Na questão da política habitacional, outro ponto em que os discursos estão alinhados, todos parecem reconhecer o déficit habitacional recorrente no Brasil e concordam com a permanência e expansão dos investimentos na área. De fato a questão social que a falta de moradia resulta é um grave problema para o país, e sua resolução pode, e deve, acarretar no desenvolvimento econômico do país e principalmente do setor da construção civil com a alocação dos investimentos e a geração de empregos.

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa realizada com base nos dados históricos, evidenciando a análise histórica da conjuntura econômica do país dando ênfase ao setor da construção civil. Além disso, serão apresentadas as análises a partir do desempenho do setor, levando em consideração os itens propostos anteriormente, como o cenário político e econômico, políticas de desenvolvimento e a entrada de um novo governo. Por fim, será tratado de analisar uma perspectiva de evolução do setor, considerando seu histórico e o atual panorama, além das propostas dos presidentiáveis em 2018.

Em relação à coleta de dados, houve alguma dificuldade na reunião de informações referentes à década de 1990, como o saldo de empregos em que o CAGED não apresenta registros deste período em seu portal. Quanto aos dados recentes, ainda há divergências em alguns pontos, tendo em vista que as pesquisas econômicas, referentes às contas nacionais, ainda estão em curso, além do que, IBGE e o Banco Central diminuíram o volume de suas publicações.

O tratamento dos dados referentes às séries históricas do PIB nacional e do setor nos possibilitou a representação de uma retrospectiva do desempenho de ambos, no qual foram considerados os diversos cenários econômicos do país durante todo o período de 1995 a 2016. O quadro 2 demonstra de maneira pontual os resultados econômicos, contextualizando os mesmo com o cenário econômico ano a ano do referido período.

As informações do quadro 2 deram subsídios para uma análise mais aprofundada sobre estas trajetórias, destacando o momento econômico atravessado pelo país e sintetizando os principais pontos que efetivaram algum reflexo nas alterações destes índices.

Quadro 2 – Resumo do Cenário Econômico Brasileiro.

Ano		Contexto Socioeconômico	PIB Brasil (%)	PIB Construção Civil (%)
1995	FHC	Consolidação do Plano Real.	4,20	-0,40
1996			2,20	2,21
1997		Crise nos países asiáticos.	3,40	7,61
1998		Ano de eleição presidencial.	0,30	1,60
1999		Crise nas políticas econômicas.	0,50	-4,89
2000			4,40	1,40
2001		Crise argentina e atentados terroristas nos EUA.	1,40	-1,64
2002		Ano de eleição presidencial.	3,10	4,79
2003	LULA	Instabilidade econômica pela troca de governo.	1,10	-8,94
2004		Políticas econômicas para estabilização econômica.	5,80	10,74
2005			3,20	-2,10
2006		Ano de eleição presidencial.	4,0	0,26
2007		Início das políticas de incentivo ao crescimento econômico (PAC).	6,1	9,20
2008		Início da crise imobiliária nos EUA.	5,1	4,91
2009		Agravamento da crise mundial e políticas anticíclicas (PMCMV).	-0,1	7,02
2010		Melhora do cenário internacional, consolidação da economia nacional e ano de eleição.	7,5	13,10
2011	DILMA	Agravamento da conjuntura internacional.	4,0	8,25
2012		Retração da demanda internacional e aumento da demanda interna.	1,9	3,18
2013		Deflagração da operação Lava Jato.	3,0	4,50
2014		Início da crise política e econômica, ano de eleição.	0,5	-2,14
2015		Agravamento da crise econômica e intensificação das disputas políticas.	-3,8	-9,00
2016		Impeachment da presidente Dilma e posse de Michel Temer.	-3,6	-5,62

Fonte: Adaptado de Banco Central (1996).

Como demonstra o quadro 2, apesar do crescimento econômico brasileiro em 1995 e a rápida evolução promovida pelo Plano Real na questão da instabilidade econômica, o setor da construção fechou em queda por conta ainda dos resquícios do descontrole inflacionário da década de 1990. Entretanto, após este momento adverso, a construção bem como a macroeconomia conseguiu dar breve continuidade no crescimento, e apesar da crise nos países asiáticos encerraram o ano de 1997 com crescimento de 7,61% e 3,4% respectivamente. Contudo, com a mudança negativa do cenário econômico internacional em 1997, as eleições

presidenciais em 1998 e a crise nas políticas econômicas em 1999 fez com que o setor atravessasse um período de altos e baixos, o que obstruiu a possibilidade de um crescimento robusto e sua consolidação, significando uma retração de 4,89% em 1999.

A partir daí o cenário econômico do setor se mostrou instável, e a falta de políticas no governo FHC que dessem sustento para o crescimento da atividade intensificou sua deterioração, quando não conseguiu bons resultados. Apesar de uma breve retomada em 2000, o setor não demonstrou forças para a manutenção destas e aliada à crise argentina, que afetou o mercado de exportações brasileiro, e os atentados terroristas nos EUA no ano seguinte fizeram com que novamente houvesse retração. Contudo, o que parecia ser um ano ruim para a economia brasileira pelos impactos negativos da iminente troca de governo em 2002, se mostrou o contrário, o PIB brasileiro se superou fechando o ano com aumento de 3,10% e o setor cresceu 4,79%.

No entanto, a instabilidade gerada pelas dúvidas com a troca de governo foi sentida somente no ano seguinte, já com um novo governo, quando o setor retraiu 8,94%, a maior queda registrada até então. Em busca da retomada econômica o governo Lula ao final do seu primeiro ano de mandato realizou alterações em suas políticas que garantiram sustentação para a economia, resultando no crescimento tanto do produto brasileiro quanto do setor, 5,8% e 10,74% respectivamente, atingindo os maiores crescimento até aquele ano. A partir daí, apesar de breves instabilidades na evolução do crescimento, a economia brasileira começou a ser trabalhada em 2006, último ano do primeiro mandato, para um crescimento estruturado mais adiante.

A vitória de Lula em 2006 possibilitou dar continuidade nas políticas que vinham sendo desempenhadas, e em 2007 uma nova agenda econômica criada viabilizou a manutenção do crescimento sustentável que era buscado. A criação do PAC 1 e as medidas periféricas referentes a desoneração de impostos em produtos e serviços da construção além da maior abertura de crédito proporcionaram ao setor uma rápida evolução, já sentida ao final daquele ano, quando o crescimento registrado foi de 9,20%, contribuindo também para o crescimento econômico do país, que ficou em 6,1% registrando um novo recorde.

Com a manutenção destas políticas, o aumento da produtividade do setor foi evidente, bem como a boa escalada econômica do país, que fora ameaçada apenas

em 2009 por conta da crise imobiliária iniciada em 2008 nos EUA. Porém, como indicado pelo presidente Lula na época, a crise internacional foi apenas uma “marolinha”⁴. De fato, a crise internacional não repercutiu grandes efeitos no cenário econômico brasileiro, isto devido à estruturação que vinha sendo realizado com o estímulo do consumo interno, aumento da demanda e incentivos para o crescimento atividade da construção. Isso conseguiu segurar uma retração maior do PIB brasileiro, que fechou aquele ano com queda de apenas 0,1% e a ocorrência da manutenção do crescimento do setor, se elevando 7,02% apesar da conjuntura econômica adversa.

Ademais, contribuiu para essa segurança econômica a criação do PMCMV, que foi utilizado como medida anticíclica para a contenção do recesso. Além de contribuir para o crescimento da demanda interna e o combate ao déficit habitacional, o programa obteve destaque na questão do aquecimento do setor da construção civil com o aumento da demanda na atividade. Por fim, estas políticas foram fundamentais para os resultados obtidos no ano seguinte. O crescimento sustentável que vinha sendo desempenhado desde metade do primeiro mandato de Lula com a entrada de políticas econômicas heterodoxas deu suporte para o fortalecimento econômico e produtivo do setor, acarretando no crescimento de 13,10%, o maior já registrado, assim como o crescimento de 7,5% da economia nacional.

Apesar de que 2010 foi um ano atípico pelo extraordinário crescimento econômico do país e as eleições presidenciais, a confiança foi mantida tendo em vista que a escolha da sucessora política de Lula, Dilma Rousseff, proporcionaria a continuidade do modelo político e econômico que vinha dando bons resultados. De fato isto ocorreu, Dilma foi eleita e em 2011 a economia se manteve em alta, através da manutenção destas políticas, atingindo bons índices, 4% a economia nacional e 8,25% a atividade da construção. Entretanto, a piora do cenário econômico no ano seguinte deu início a um ciclo econômico negativo no país, ocasionando a perda da força econômica por conta da diminuição da demanda interna e do consumo doméstico.

⁴ Em entrevista concedida em 2008 o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a crise nos EUA era um tsunami, e que se chegasse ao Brasil seria apenas uma marolinha (O GLOBO, 2008).

Gradualmente a piora foi sentida e fez o país colecionar resultados econômicos ruins em detrimento da piora do cenário internacional. Em 2013 apesar de uma breve retomada, com o produto atingindo um crescimento de 3% e o setor 4,5%, a deflagração da operação Lava Jato alterou o cenário político e econômico do país, dando início à crise política em 2014, que posteriormente causaria danos na economia brasileira. Em 2014, ano de reeleição, a operação da Polícia Federal tomou novos rumos, atingindo parlamentares do alto escalão da política brasileira e agentes públicos, deteriorando ainda mais o cenário conturbado do país.

A crise econômica aliada a Lava Jato contribuíram para a desaceleração do setor, uma vez que as empreiteiras envolvidas no esquema eram responsáveis por inúmeras obras públicas, e o impacto negativo pode ser sentido já ao final daquele ano, quando a atividade se retraiu 2,14%. Entretanto, o pior momento deste caos foi sentido no ano seguinte, quando a economia nacional registrou sua pior queda histórica, 3,8%, bem como a construção civil, que registrou uma retração de 9%. Os resultados negativos em 2015 foram consequência do descontrole político e econômico que o país atravessou, no qual o governo com o intuito de equilibrar as contas públicas promoveu o corte dos investimentos em programas chave para o desenvolvimento do país, como o PAC 2 que foi criado no início de 2011 nos mesmo moldes do anterior e no PMCMV, refletindo no desaquecimento da economia brasileira e principalmente no setor da construção.

Estes fatores contribuíram para o agravamento dos bastidores políticos do país e intensificando suas disputas. A piora do conturbado momento ocorreu em 2016 com o pedido de *impeachment* da presidente e conseqüentemente seu afastamento, o que gerou um cenário de dúvidas sobre os rumos políticos e econômicos do país. Contudo, a saída de Rousseff da presidência não significou a retomada econômica do país, pelo contrário, a recessão foi mantida e os danos causados continuaram a impactar o desempenho econômico tanto do setor quanto da economia, que será retratado adiante na análise do panorama futuro para a construção civil.

Na questão das políticas desenvolvimentistas foi abordado a importância e os impactos positivos ou negativos com a sua aplicação. A análise foi baseada nos principais indicadores socioeconômicos do setor, como o PIB da construção, o saldo de empregos, o nível de investimentos e o índice de confiança, nos quais analisados contemporaneamente trazem bons indícios para a discussão.

No Brasil estas políticas estiveram esquecidas durante um grande período, e tomando como base o período em análise, 1995 a 2016, é possível distinguir três momentos diferentes na ocorrência destas. Inicialmente no governo FHC a partir da análise anterior, na questão da evolução econômica, foi possível retratar a falta destas políticas de forma contundente, o que representou os baixos índices de elevação tanto do produto nacional quanto do setor da construção. Por outro lado, no governo seguinte, de Lula, a retomada destas políticas com a criação do PAC, do PMCMV, e os incentivos para o aumento da demanda e consumo puderam proporcionar uma evolução gradual e concisa, além de dar sustentação para a diminuição dos impactos da crise internacional, acarretando na elevação do patamar do setor na economia brasileira. Por fim pode-se atribuir a partir da análise anterior, a degradação econômica ocorrida no país com a interrupção destas práticas no governo Dilma, ocasionando uma reversão no cenário econômico brasileiro e contribuindo para uma recessão sem precedentes da atividade.

Tomando como base para discussão o período do governo Lula fica nítido as influências dos programas desenvolvidos. O PAC sozinho promoveu a injeção de mais de R\$ 500 bilhões em obras de infraestrutura, e juntamente com o desenvolvimento do PMCMV e as medidas periféricas no que diz respeito a desoneração de tributos e incentivo ao crédito contribuiu com a cadeia produtiva do setor. Essa agenda econômica proporcionou ao setor a elevação dos investimentos, que naquele ano chegou a mais de R\$ 306 bilhões, além do aumento na geração de empregos, quando o número de admissões ultrapassou 2,681 milhões gerando um saldo de 334,311 mil, como demonstrado pelos dados do CAGED (2018), o maior registrado durante o período, além do ótimo índice de confiança dos empresários, 138,7 pontos (FGV, 2018), demonstrando a força proporcionada ao setor baseado no histórico registrado.

O quadro 3 registra um comparativo quanto as políticas desenvolvimentistas desempenhadas nos três governos em questão, utilizando como base de dados os indicadores citados antes.

Quadro 3 – Comparativo da Influência das Políticas Econômicas na Construção Civil.

PARÂMETROS	FHC	LULA	DILMA
POLÍTICAS	Seu governo priorizou a estabilidade econômica, deixou a desejar na questão do desenvolvimento com poucas políticas de incentivo ao crescimento.	Foi o precursor da retomada dos investimentos em infraestrutura. Pautou seu governo no desenvolvimento sustentável buscando o crescimento econômico e social com a criação de programas como PAC, PMCMV e promovendo subsídios para o desenvolvimento.	Buscou dar continuidade aos programas desenvolvidos por seu antecessor, no entanto o cenário adverso comprometeu seu governo, resultando na abreviação de programas importantes e diversos cortes em investimentos.
INVESTIMENTOS E CONFIANÇA	Os investimentos no setor durante o governo FHC evoluiu 12,89% a.a. e 90,23% no acumulado de 8 anos.	Lula com suas políticas fez com que o investimento na construção civil crescesse 12,13% a.a. e 97,05% no acumulado de 8 anos, atingindo um índice de confiança de 138,7 pontos.	Dilma apesar do cenário desfavorável manteve os investimentos na média, atingindo um crescimento de 11,09% a.a. e 66,53% no acumulado de 6 anos, com um índice de confiança médio de 99 pontos.
EMPREGOS	Não há dados referentes a este período.	Lula com seu governo conseguiu crescer os postos de trabalho a uma taxa de 8,27% a.a.	O cenário ruim contribuiu também com o declínio da oferta de emprego no governo Dilma, que durante seu mandato retraiu o saldo em 2,2% a.a.
EXPANSÃO DO SETOR	Durante o governo de FHC, o setor expandiu 16,96% no acumulado dos 8 anos, a uma taxa média de 1,3% a.a.	Já Lula, conseguiu a expansão de 34,19% do setor no acumulado dos 8 anos, a uma taxa média de 4,27% a.a.	Já durante o governo Dilma, quase não houve alteração no setor, com uma retração de 0,83% no acumulado de 6 anos.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com os dados demonstrados foi possível concluir que a aplicação destas medidas não é determinante para o crescimento do setor, como pode ser avaliado nos crescimentos esporádicos ocorridos durante o governo FHC onde estas apareceram em menor número. Entretanto, são importantes para a ocorrência da alavancagem econômica, tanto do setor quanto da macroeconomia, como ocorrido no governo Lula, período de maior expansão destas políticas que resultaram no

melhor desempenho econômico da história. Ademais, é possível concluir também que a manutenção ou retomada destas medidas pode ser a saída para a superação de crises ou problemas de demanda na estrutura econômica.

Contudo, não são apenas as políticas praticadas que conferem interferências na evolução econômica. Tanto crises, como a troca de um governo, a própria conjuntura internacional, dentre outras circunstâncias podem transmitir efeitos. O Brasil durante o período em análise sofreu os impactos econômicos com crises internacionais, nacionais, troca de governo e até mesmo crise política, que repercutiram grandes impactos negativos no setor da construção civil.

Durante o governo FHC o setor em dois momentos se viu atingido por situações adversas, ambas no segundo mandato. Primeiro em 1999 quando a crise dos países asiáticos, iniciada em 1997, ainda acometia a economia brasileira e causou uma pequena instabilidade econômica e recessão no setor. Posteriormente, no ano de 2001, quando a economia argentina esteve comprometida e juntamente dos ataques terroristas nos EUA atingiram negativamente o cenário econômico do país. No entanto, os efeitos sentidos não proporcionaram grandes ameaças, sendo apenas parte de um ciclo econômico comum.

Já no governo Lula, a situação não foi tão amena. Inicialmente sua vitória nas eleições representou um momento de desconfiança na população, criando certa instabilidade econômica justamente para troca de governo, que pôde ser sentida com a enorme recessão sofrida pelo setor em seu primeiro ano de governo. Já em 2009, a conjuntura econômica internacional se mostrou adversa com a crise imobiliária iniciada nos EUA ao fim de 2008. Porém, a economia brasileira vinha se estruturando, e no pior momento da crise se portou bem aos impactos com uma retração irrisória, e mantendo o ritmo aquecido do setor com bons índices na geração de empregos, investimentos e expansão.

Já o governo Dilma foi o maior alvo de crises, tanto econômicas quanto políticas, o que explica sua breve passagem pelo poder. A situação se inverteu em seu governo logo após sua reeleição, quando algumas medidas econômicas descabidas naquele momento resultaram no início da crise já discorrida anteriormente. Aliada a esta circunstância, o cenário político desorganizado proporcionou a piora da questão econômica e o desgoverno originado pelo rompimento da base aliada. Ao setor da construção civil tudo parecia ocorrer em maiores proporções, já que as maiores empreiteiras do país estavam no centro de

todas estas questões com o envolvimento nos escândalos de corrupção da Petrobras.

O quadro 4 traz o comparativo dos impactos econômicos gerados por questões adversas ao setor da construção civil baseado nas séries históricas de seus indicadores, e considerando as dimensões causadas à retração do PIB, além de avaliar os efeitos negativos no nível de investimentos, saldo de empregos e índice de confiança.

Com os registros do quadro 4 pode-se concluir que a economia é um ciclo, onde sempre ocorrerá adversidades, no entanto, a questão é como o setor ou a própria economia responde a cada circunstância. A análise evidencia sobre os maiores impactos se darem durante as “crises domésticas”. Isto pode ser explicado pelo fato de ocorrer um maior impacto na cadeia de atividades da macroeconomia, contribuindo com o rompimento de um ciclo de atividades interligadas entre os diversos setores da economia nacional. No caso da construção civil, os impactos se tornam ainda maiores dadas a dimensão da cadeia produtiva estabelecida pela atividade, e a importância que representa para a prosperidade econômica do país.

Quadro 4 – Impactos dos Cenários Econômicos adversos ao Setor da Construção Civil.

	CENÁRIO	IMPACTOS
FHC	Breve instabilidade econômica em 1999 ocasionada pelos efeitos periféricos da crise asiática iniciada em 1997.	Embora a crise tenha acometido o país, os impactos foram pequenos naquele ano, retraindo o setor em 4,89% e afetando os investimentos, quando o aumento foi de apenas 1,28%.
	Desconforto econômico em 2001 originado pela perda de mercado internacional devido a crise argentina e os atentados terroristas nos EUA.	As consequências dessa breve desestabilidade econômica não gerou qualquer preocupação para o setor em 2001, que retraiu 1,64% e aumentou os investimentos em 4,51% naquele ano.
Lula	Recesso econômico em seu primeiro ano de governo, em 2003, devido à desconfiança econômica.	O pior momento econômico do governo Lula, no qual a desconfiança sobre seu governo trouxe em 2003 consequências negativas ao setor, como a retração de 8,94%, além do saldo negativo de mais de 48 mil empregos e a queda dos investimentos em 0,19%.
	Crise imobiliária nos EUA iniciada em 2008 com efeitos gerados no Brasil em 2009	Embora a crise iniciada em 2008 tenha causado efeitos negativos ao redor do mundo, o cenário econômico brasileiro não sofreu grandes alterações. A economia que vinha aquecida se manteve, a retração do produto nacional foi de apenas 0,1%, enquanto o setor manteve o ritmo de expansão, com 7,02%, e um aumento de 12,32% no nível de investimentos, obtendo resultado negativo apenas no saldo de empregos, que fechou o ano em 177 mil postos, redução de 10% em relação ao ano anterior.
Dilma	Crise econômica iniciada ao final de 2014 com políticas equivocadas e prorrogada suas proporções pela crise política, devido aos desdobramentos da operação Lava Jato.	A crise iniciada ao final de 2014 reproduziu seus efeitos na economia brasileira já no ano seguinte, quando os indicadores registraram os piores índices econômicos da história do país. A crise representou para o país uma retração de 9% naquele ano, além de reduzir os investimentos em 0,97%, e gerar um saldo negativo de mais de 418 mil empregos. Ademais, fez com que a confiança na indústria diminuísse, atingindo 68,9 pontos, 29 a menos que o ano anterior e o pior da série iniciada em 2010 quando foram registrados 138,7 pontos.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Já em relação ao panorama da construção civil, as perspectivas demonstram que a retomada será gradual e apostam em um sutil crescimento já em 2018. Além disso, a expectativa pela entrada de um novo governo pode contribuir para o aumento da confiança na indústria, uma vez que pode significar a volta dos investimentos de maneira contundente em obras de infraestrutura e habitação.

O desempenho do setor em 2018, registrado pela publicação da CNI (2018), mostra uma melhora, ainda que pequena, em relação ao ano de 2017 que traz confiança para a continuidade do setor. Outro ponto que leva a acreditar na volta do crescimento é a perspectiva da retomada econômica, que de acordo com o estudo

do BNDES (2018) entrará em um ciclo de crescimento médio de 2,9% ao ano até 2023.

Embora o cenário econômico de 2018 não seja o ideal para o desenvolvimento do setor, é mais atraente do que o ocorrido nos três anos anteriores, devido aos impactos da crise econômica e política, visto que as perspectivas acreditam em um crescimento de 2% ao final do ano. Além disso, a elevação do ICST demonstra que as empresas aumentaram a confiança em retomar os investimentos, o que pode significar um gradual reaquecimento da atividade da construção.

Outro ponto que deve ser destacado é o fato de o país ser defasado no setor de infraestrutura e habitação social, o que leva a crer que ainda há muito que se fazer nesta questão. A publicação da EPE (2018) traz justamente isto em seu estudo, acreditando que a retomada do setor se dará de forma natural, porém desacelerada inicialmente devido à deterioração do cenário econômico do setor, levando em consideração o potencial da construção civil e a necessidade do país em investir no setor de infraestrutura e habitação, onde acredita em uma evolução média de 2,6% ao ano.

Contribui para isso o fato das eleições, em que os candidatos que apresentaram suas propostas em relação à atividade possuem ideias claras para sua retomada. As propostas apresentam vários pontos em comum, dentre eles a necessidade da redução das taxas na concessão de crédito e a diminuição de tributos para um melhor desempenho nos investimentos do setor. Além disso, mostram com clareza a importância da retomada dos investimentos em infraestrutura e habitação, convergindo na ideia de que este setor do país é defasado.

Isto vai de acordo com as políticas realizadas durante a década de 2000, onde foi instituído um modelo de governo baseado no fomento da atividade produtiva do país. Entretanto, o viés político dos candidatos pode interferir na expansão destas políticas, uma vez que é sabido que políticas que incentivam o investimento público em setores chaves da economia se aproximam de um pensamento socioeconômico baseado no desenvolvimento keynesianista⁵, enquanto

⁵ A política keynesiana vai de acordo com a ação intervencionista do Estado para o crescimento com a geração de empregos, através predominantemente da operacionalização das políticas econômicas,

as políticas ortodoxas pendem ao livre mercado, incentivo ao consumo privado e dando espaço para as privatizações. Neste caso, o Brasil já experimentou ambas as políticas que ficaram marcadas pelo governo FHC – onde é possível verificar a partir das avaliações de seu governo – através de políticas monetárias e fiscais voltadas para a abertura do mercado, privatizações e menor interferência pública nos investimentos do setor, enquanto nos governos Lula e Dilma Rousseff são mostrados na literatura a evidente presença de uma política “neokeynesiana”, baseada no desenvolvimento socioeconômico, com grande participação do governo nos investimentos e programas sociais que visaram o crescimento da atividade.

Contudo, a retomada do setor já é uma realidade tendo visto que a economia nacional já vem se recuperando de seu pior momento em 2015. As expectativas para o setor voltaram a ser positivas com os resultados recentes obtidos, contribuindo para o aumento da confiança de um modo geral. A questão das eleições pode ser um fator importante, em que poderá ressuscitar de vez a confiança na atividade. E independentemente do caráter político do próximo presidente, não deverá causar grandes transformações, uma vez que todos deverão se basear em suas propostas, que se assemelham, e utilizarão como pano de fundo o início dos anos 2000 até o auge econômico em 2010 para uma construção sólida da retomada econômica em conjunto com o crescimento do setor.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A série histórica do PIB possibilitou a conclusão de que o país passou por várias transformações econômicas durante o período de 1995 a 2016. Inicialmente o país foi acometido pela instabilidade originada pelo descontrole inflacionário, que veio a ser corrigido pelo Plano Real e sucedido pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Estes fatores proporcionaram uma evolução econômica gradual, porém sem resultados significativos para a atividade da construção civil devido à falta de políticas desenvolvimentistas. Posteriormente, com a entrada do governo Lula, as políticas econômicas foram alteradas condicionando um crescimento sustentável, baseado em políticas socioeconômicas estruturadas no consumo interno e no desenvolvimento da construção civil como força motriz do crescimento, obtendo seu auge em 2010.

Entretanto, o governo de Dilma Rousseff não conseguiu manter as taxas de desenvolvimento alcançadas por seu antecessor. Posteriormente, através de escolhas errôneas a respeito das políticas econômicas em 2014 garantiu a instalação da crise econômica no país, que teve seu pior momento ao fim de 2015 registrando os piores índices econômicos tanto do setor quanto da economia nacional. A deflagração da operação Lava Jato contribuiu para uma maior degradação do cenário econômico, inclusive do setor, uma vez que a atividade estava no centro dos escândalos de corrupção. Junto a isto, atribui-se o mau momento da construção aos cortes em programas que garantiam sua produtividade, o que contribuiu para a aprovação do seu *impeachment* e a continuação da desestabilidade econômica.

Na questão da evolução do setor a partir de políticas desenvolvimentistas registrou-se o ótimo desempenho quando há a ocorrência destas. O país durante a década de 1990 até o início dos anos 2000 praticamente se abdicou destas políticas, resultando em um crescimento pouco significativo do setor. No entanto, a partir da metade da década de 2000 a retomada destas políticas impulsionou a atividade, demonstrando a real importância do incentivo público para sua produtividade. Corrobora para esta afirmação as perspectivas traçadas, onde todas se baseiam no retorno destes investimentos para garantir a retomada do crescimento tanto do setor quanto da economia nacional.

Na questão da análise sobre a presença de adversidades, concluiu-se que o setor sofre maior impacto quando a economia local se mostra adversa. Esta ocorrência se deve a maior influência ocasionada por crises domésticas, quando estas atingem diretamente mais de uma atividade, ocasionando a quebra do ciclo econômico do país. Isto intensifica o dano causado ao setor da construção civil devido a sua enorme cadeia produtiva.

Por fim, a análise possibilitou estabelecer um panorama para o setor da construção civil. As perspectivas para o futuro da atividade se mostram otimistas devido a gradual retomada do setor registrada já em 2018. Contribui ainda dois fatores, primeiro o grande potencial de crescimento da construção e a defasagem registrada no setor de infraestrutura e habitação social do país, e segundo, a iminente chegada de um novo governo em 2019, que pode significar a retomada da confiança na indústria, uma vez que há o consenso entre os candidatos de que a retomada econômica do país passa pela atividade.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL. **Boletim do BC**. Brasília: Banco Central, 1995 – 2015.. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/n/BOLETIM>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

Banco Central. **Sobre o Sistema de Expectativas de Mercado**. Disponível em: <<https://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/expectmercado.asp?idpai=EXPECMERCADO>> . Acesso em: 13 jul. 2018.

BARBOSA, Fernando de Holanda. Crises econômicas e política de 2015: origens e consequências. **Conjuntura Econômica**, São Paulo, v. 69, n. 9, p.53-53, set. 2015.

BARBOSA, Nelson; SOUZA, José Antonio Pereira de. A INFLEXÃO DO GOVERNO LULA: POLÍTICA ECONÔMICA, CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA. In: SADER, Emir. **Brasil, entre o passado e o futuro**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 65.

BBC. **De aprovação recorde ao impeachment: relembre os principais momentos do governo Dilma**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37207258>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

BLUMENSCHNEIN, Fernando; NAVARRO, Diego. Impactos socioeconômicos da Copa do Mundo Fifa 2014 e seu legado para o futebol brasileiro. **Fgv Projetos**, São Paulo, p.79-90, dez. 2013. Disponível em: <https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/arquivos/artigo_legado_copa2014_fernandoblumenscheindiegonavarro.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2018.

BNDES. **Perspectivas Depec 2018: O Crescimento Da Economia Brasileira 2018-2023**. Brasília: Bndes, 2018. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14760/1/Perspectivas%202018-2023_P.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2018.

BRADESCO. **Destaque Setorial - Bradesco: Segmento residencial deverá puxar a retomada da atividade da construção civil no próximo ano**. São Paulo: Bradesco, 2016. Disponível em: <https://www.economiaemdia.com.br/EconomiaEmDia/pdf/destaque_setorial_14_09_16v3.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2018.

BRASIL. **Dilma Rousseff: a primeira mulher a presidir o Brasil**. 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/29/dilma-rousseff-a-primeira-mulher-a-presidir-o-brasil>>. Acesso em: 01 out. 2018.

BRASIL. Estudo da Dimensão Territorial para o Desenvolvimento. **Visão estratégica Nacional. Vol. II CGEE**, Brasília, 2008.

BRASIL. Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009. . Brasília, DF.

BRASIL. **11º Balanço Completo do PAC - 4 anos (2007 a 2010)**. Brasília: Brasil, 2012. Disponível em:

<<http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/b701c4f108d61bf921012944fb273e36.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

BRASIL. **11º Balanço Completo do PAC - 4 anos (2011 a 2014)**. Brasília: Brasil, 2014. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/f9d3db229b483b35923b338906b022ce.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

BRASIL. **Qual a diferença entre PAC1 e PAC2?** Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/pac-programa-de-aceleracao-do-crescimento/visao-geral/qual-a-diferenca-entre-pac1-e-pac2>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

BRASIL. **Sobre o PAC**. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

CAGED. **Microdados**. Brasília: Caged, 2018. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/eec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego.xhtml#relatorioSetor>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. A construção civil brasileira nos tempos da Operação Lava Jato. **Jornal dos Economistas**. Rio de Janeiro, p. 4-6. ago. 2017.

CAPUTO, Victor. **Caiu! Dilma sofre impeachment e não é mais presidente**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/caiu-dilma-sofre-impeachment-e-nao-e-mais-presidente/>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

CASTELO, Ana Maria. **Ano começa sem perspectiva imediata de melhora na construção, avalia Ana Maria Castelo**. Disponível em: <<https://construcaomercado.pini.com.br/2016/02/ano-comeca-sem-perspectiva-imediata-de-melhora-na-construcao-avalia-ana-maria-castelo/>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

CBIC - Câmara Brasileira da Indústria da Construção -. **Participação da construção civil no PIB nacional**. 2018a. Disponível em: <<http://www.cbicdados.com.br/menu/pib-e-investimento/pib-brasil-e-construcao-civil>>. Acesso em: 26 ago 2018.

CBIC, **Cadeia Produtiva da Construção Civil**. 2018c. Disponível em: <<http://www.cbicdados.com.br/menu/estudos-especificos-da-construcao-civil/cadeia-produtiva>>. Acesso em:

CBIC, **EMPREGO**. 2018b. Disponível em: <<http://www.cbicdados.com.br/menu/emprego/>> Acesso em: 23 ago 2018.

CBIC. Balanço 2017: **CBIC aponta retração de 6% no setor**. Disponível em: <<http://cbic.org.br/balanco-2017-cbic-aponta-retracao-de-6-no-setor/>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

CBIC. **INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO REÚNE PRESIDENCIÁVEIS E APONTA COMO SETOR PODE ALAVANCAR A ECONOMIA NACIONAL**. São Paulo: Cbic, 2018e. Disponível em: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/08/CBIC_newsletter_151.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2018.

CBIC. **Investimento em infraestrutura e recuperação da economia**. São Paulo: Cbic, 2015.

CBIC. **Microdados**. São Paulo: Cbic, 2018d. Disponível em: <<http://www.cbicdados.com.br/home/>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

CBIC. **Número De Trabalhadores Formais Na Construção Civil**. São Paulo: Cbic, 2016. Disponível em: <http://www.cbicdados.com.br/media/anexos/2.1_Sala_de_Imprensa_6.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2018.

CNI. **Sondagem Indústria Da Construção**. São Paulo: Cni, 2018. Disponível em: <https://bucket-gw-cni-static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer_public/8b/98/8b98e0eb-15ae-4602-95b8-32f3f52cef60/sondagemindustriadaconstrucao_junho2018_v1.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2018.

CONTRI, André Luis. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Dilma. **Indicadores Econômicos Fee**, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p.9-20, jan. 2014.

DIEESE. Crescimento Do Setor Da Construção Civil Favorece A Expansão De Postos De Trabalho E Do Rendimento. **Boletim Trabalho e Construção**, São Paulo, n. 4, p.1-6, out. 2010. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/boletimtrabalhoeconstrucao/2010/2010boletimConstrucaoCivil4.html>>. Acesso em: 16 ago 2018.

DIEESE. Estudo Setorial da Construção 2011. **Estudos e Pesquisas**, São Paulo, n. 56, p.2-30, abr. 2011. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2011/estPesq56ConstrucaoCivil.pdf>>. Acesso em: 19 jul 2018.

DIEESE. O Trabalhador E A Inserção Ocupacional Na Construção E Suas Divisões. **Boletim Trabalho e Construção**, São Paulo, n. 8, p.1-17, abr. 2016. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/boletimtrabalhoeconstrucao/2015/boletimTrabalhoConstrucao8.pdf>>. Acesso em: 2 ago 2018.

DWECK, Esther; TEIXEIRA, Rodrigo Alves. A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. **Texto Para Discussão**, Campinas, v. 1, n. 303, p.1-49, jun. 2017.

EPE. **Caracterização do Cenário Macroeconômico para os próximos 10 anos (2017-2026)**. Brasília: Epe, 2017. Disponível em: <<http://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-245/topico-261/DEA%20009-17%20->

%20Cen%C3%A1rio%20macroecon%C3%B4mico_2017-2026_VF[1].pdf>. Acesso em: 23 ago. 2018.

ERNST & YOUNG. Impactos Socioeconômicos da Copa do Mundo 2014. **Brasil Sustentável**, São Paulo, p.3-50, out. 2013. Disponível em: <[https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Brasil_Sustentavel_-_Copa_do_Mundo/\\$FILE/PDF_copa.do.mundo_port.2011.pdf](https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Brasil_Sustentavel_-_Copa_do_Mundo/$FILE/PDF_copa.do.mundo_port.2011.pdf)>. Acesso em: 29 jul. 2018.

ESTADÃO. **Olimpíadas 2016 mudam a cara do Rio**. Disponível em: <<http://infograficos.estadao.com.br/esportes/olimpiadas-2016-obras/#investimento>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

ESTADÃO (São Paulo). **Saiba como estão os principais indicadores que medem o desempenho da economia do País**.2017. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,conheca-os-principais-indicadores-que-medem-o-desempenho-da-economia-do-pais,70002052872>>. Acesso em: 01 out. 2018.

ESTADÃO (São Paulo). **FHC x Lula**. 2011. Disponível em: <<https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,lula-x-fhc-imp-,672164>>. Acesso em: 01 out. 2018.

EXAME. **Setor de Construção Civil deve crescer 2% em 2018**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/dino/setor-de-construcao-civil-deve-crescer-2-em-2018/>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

FIBRA – **Federação das Indústrias do Distrito Federal. Construção civil representa 6,2% do PIB Brasil**. Disponível em: <<https://www.sistemafibra.org.br/fibra/sala-de-imprensa/noticias/1315-construcao-civil-representa-6-2-do-pib-brasil>> Acesso em: 01 jan 2018.

FIEMGE. Belo Horizonte: Cbic, 2013.

FILHO, Fernando de Holanda Barbosa. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 31, n. 89, p.51-60, abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890006>.

FOLHA DE SÃO PAULO (São Paulo). **Construção crescerá "só" 6% em 2011 e setor fala em esgotamento**. 2010. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me0812201003.htm>>. Acesso em: 01 out. 2018.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRISCHTAK, Claudio; DAVIES, Katharia. **Desatando o nó da infraestrutura no Brasil: uma agenda de reformas**. São Paulo, Inter.B, 2015.

GIAMBIAGI, Fabio et al. **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GREMAUD, Amaury Patrick et al. **Economia Brasileira Contemporânea**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 6 v.

IBGE. PAIC – **Pesquisa Anual da Indústria da Construção**, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/54/paic_2016_v26_informativo.pdf>. Acesso em: 12 jul 2018.

IBGE. **Pesquisa Anual do Serviços**. 2018. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/comercioeservico/pas/analisepas99.shtm>>. Acesso em: 01 out. 2018.

IBGE. **Contas Nacionais Trimestrais**. Brasília: Ibge, 2006 – 2018.. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72121>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

IPEADATA. **Microdados**. Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

LARA, Fernando Maccari. Política econômica e perspectivas para a economia brasileira. **Carta de Conjuntura FEE**. Porto Alegre, disponível em: <<http://carta.fee.tche.br/article/politica-economica-e-perspectivas-para-a-economia-brasileira/>>. Acesso em: 31 de julho de 2018.

LIMA, Thaís Damasceno; DEUS, Larissa Naves. A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira. **Revista Cadernos de Economia**, Chapecó, v. 17, n. 32, p.52-65, jan. 2013. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rce/article/viewFile/1651/922>>. Acesso em: 01 out. 2018.

LINS, Paulo. **O PAC valeu a pena?** Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/o-pac-valeu-pena>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

MATTEI, Lauro; MAGALHÃES, Luis Felipe. A Política Econômica Durante O Governo Lula (2003-2010): Cenários, Resultados e Perspectivas. In: Paula, Marilene de et al. **“NUNCA ANTES NA HISTÓRIA DESSE PAÍS”...?: UM BALANÇO DAS POLÍTICAS DO GOVERNO LULA**. Rio de Janeiro: Fundação Henrich Böll, 2011. p. 134.

MINISTÉRIO PÚBLICO. **Caso Lava Jato**. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/entenda-o-caso>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

MOTTA, João Ricardo Santos Torres da. Avanços e Retrocessos do Brasil no Governo FHC. **Brasília: Câmara dos Deputados**, 2003. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/arquivos-pdf/pdf/305043.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

NETO, Octavio Amorim. A crise política brasileira de 2015-2016: Diagnóstico, sequelas e profilaxia. **Relações Internacionais**, Lisboa, v. 4, n. 52, p.43-54, dez. 2016.

O GLOBO. **Governo corta R\$ 25,7 bilhões do PAC e atinge o Minha Casa Minha Vida**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/governo-corta-257-bilhoes-do-pac-atinge-minha-casa-minha-vida-16238033>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

O GLOBO. **Lula: crise é tsunami nos EUA e, se chegar ao Brasil, será 'marolinha'**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410>>. Acesso em: 06 set. 2018.

O GLOBO. **PIB do Brasil ultrapassa o do Reino Unido e país se torna 6ª economia do mundo**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/pib-do-brasil-ultrapassa-do-reino-unido-pais-se-torna-6-economia-do-mundo-3513784>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

OLIVEIRA, Gesner; TUROLLA, Frederico. Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas. **Tempo Social**, [s.l.], v. 15, n. 2, p.195-217, nov. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-20702003000200008>.

OLIVEIRA, Ilso José de. **A retomada do crescimento e emprego passa pela Engenharia e Construção**, 2015. Disponível em: <<http://www.sinduscon-mg.org.br/retomada-do-crescimento-e-emprego-passa-pela-engenharia-e-construcao/>>. Acesso em: 26 ago 2018.

OLIVEIRA, Thais Diniz, Determinantes da retomada do crescimento no Governo Lula: interpretação do modelo de crescimento com equidade. **Revista Debate Econômico**, Alfenas, UNIFAL, ano 3, n. 2, jul/dez. 2015.

PAIVA, Carlos Aguedo Nagel. A política econômica do Governo Dilma e a inflação. **Carta de Conjuntura: FEE**, Porto Alegre, v. 1, n. 5, p.1-8, maio 2014.

PAULA, Luiz Fernando de; PIRES, Manoel. Crise e perspectivas para a economia brasileira. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 31, n. 89, p.125-144, abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890013>.

PÊGO, Bolívar; NETO, Carlos Álvares da Silva Campos. O Pac E O Setor Elétrico: Desafios Para O Abastecimento Do Mercado Brasileiro (2007-2010). **Texto Para Discussão: IPEA**, Brasília, v. 1, n. 1329, p.7-30, fev. 2018.

PINHEIRO, A. C.; FONTES, J. Entraves da Infraestrutura no Brasil. In: BONELLI, R.; PINHEIRO, A. C. **Ensaio IBRE de Economia Brasileira–I. 1ª ed**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

PINHO, Carlos Eduardo Santos. Emergência e Declínio do Governo Dilma Rousseff à Luz das Capacidades do Estado Brasileiro (2011-2016). **Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento**, Brasília, v. 6, n. 1, p.94-121, jan. 2016. Disponível em: <http://assecor.org.br/files/4014/6791/2262/emerg_ncia_e_decl_nio_do_governo_dil

ma_rousseff__luz_das_capacidades_do_estado_brasileiro__2011_2016__.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2018.

PINTO, Eduardo Costa et al. **A política econômica nos governos Dilma: acumulação, bloco no poder e crise**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

ROMAGNOLI, Alexandre J. O programa “minha casa, minha vida”: continuidades, inovações e retrocessos. **Temas de Administração Pública**, Araraquara, v. 4, n. 7, p.1-29, 20 dez. 2012.

PIRES, Gilberto Simões. **A ECONOMIA É DINÂMICA**. Disponível em: <<http://pontocritico.com/artigos-antteriores/a-economia-e-dinamica/n03022017114004/>>. Acesso em: 01 out. 2018.

PORTUGAL, Marcelo S.; BARCELLOS NETO, Paulo Chananeco F. de. Política econômica e crescimento sustentado: os resultados da primeira metade do Governo Lula. **Fundação de Economia e Estatística**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p.185-214, jun. 2005.

ROQUE, Leandro. **Uma breve história do Plano Real, aos seus 18 anos**. 2012. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1294>>. Acesso em: 01 out. 2018.

ROSSI, Marina. **Crise Política no Governo Dilma Rousseff**. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/especiais/2015/crise-politica-governo-dilma-rousseff/>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

SALLUM JUNIOR, Bráilio; GOULART, Jefferson O. O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula. **Revista de Sociologia e Política**, [s.l.], v. 24, n. 60, p.115-135, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987316246001>.

SEBRAE. **Cenários Prospectivos: O setor de Construção no Brasil, de 2016 a 2018**. 2017. Disponível em: <[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/06c6fd6c070c9fc2128072f868de06cb/\\$File/7531.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/06c6fd6c070c9fc2128072f868de06cb/$File/7531.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2018.

SENADO. **Mercado da construção civil sinaliza retomada da economia do País, diz presidente da CBIC**. 2018. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/releases/2018/05/mercado-da-construcao-civil-sinaliza-retomada-da-economia-do-pais-diz-presidente-da-cbic>>. Acesso em: 01 out. 2018.

SINDUSCONSP, **Construção civil encerra 2017 com menos 125 mil vagas**. 2018. Disponível em < <https://www.sindusconsp.com.br/release/sinduscon-sp-construcao-civil-encerra-2017-com-menos-125-mil-vagas/>>. Acesso em: 25 ago 2018.

SINDUSCON-SP. **Construção Civil E Conjuntura**. São Paulo: Sinduscon-sp, 2016. Disponível em: <<https://www.sindusconsp.com.br/wp-content/uploads/2016/12/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-da-coletiva-de-imprensa-2016.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

SINDUSCON-SP. **Recuperação da construção fica para 2019**. Disponível em: <<https://www.sindusconsp.com.br/recuperacao-da-construcao-fica-para-2019/>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

SOUZA, Bruno Almeida et al, Análise dos indicadores PIB nacional e PIB da indústria da construção civil. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, UNIFACS, ano 27, n. 31, v. 17, jan/jun. 2015.

TEIXEIRA, Luciene P.; CARVALHO, Fátima M. A. de. A construção civil como instrumento do desenvolvimento da economia brasileira. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, Ipardes, ano 12, n. 109, jul/dez. 2055.

VON MISES, Ludwig. A ação Humana. In: VON MISES, Ludwig. **A ação Humana**. São Paulo: Mises Brasil, 2010. p. 986. Tradução de Donald Stewart Jr.